

EDITORIAL

O Curso Economia da FAE Centro Universitário lança a última edição do décimo ano do periódico eletrônico mensal *Vitrine da Conjuntura*, referente ao mês de dezembro de 2017. Esta publicação contém as seções permanentes do Panorama Econômico e dos Indicadores e quatro textos que tratam de assuntos da economia nacional e regional.

O primeiro artigo discute o caráter imprescindível da execução das reformas estruturais para a diminuição do déficit e da dívida pública da nação e a restauração de condições sólidas à retomada do crescimento de longo prazo.

A segunda incursão arrola os aspectos explicativos da anomalia representada pelos juros elevados no Brasil, com ênfase para o crescimento explosivo da dívida do governo e o acentuado grau de concentração do sistema bancário.

A terceira reflexão interpreta a negligência pública com o setor mais dinâmico da economia nacional: o agronegócio. Como recompensa à produção de safras recordes de grãos e de enormes superávits comerciais, o segmento é obrigado a conviver com a multiplicação do custo Brasil.

Por fim, a quarta abordagem levanta e descreve os principais indicadores da retomada dos negócios no Estado do Paraná em 2017, evidenciando desempenho bastante acima da média nacional, impulsionado justamente pelo agronegócio.

Ao mesmo tempo em que agradece o inestimável apoio recebido, em todos os momentos, da direção da instituição, do corpo docente, dos discentes e demais colaboradores, em especial os técnicos da Editoração, núcleo de pesquisa e Web, a equipe da *Vitrine* permanece aberta a contribuições que possam continuar enriquecendo o debate econômico brasileiro e paranaense.

Excelente leitura.

Feliz Natal e ótimo ano de 2018 a todos.

Paz e Bem.

Gilmar Mendes Lourenço

Editor.

Equipe Técnica



Carlos Ilton Cleto

Economista, doutor em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor da FAE.



Gilmar Mendes Lourenço

Economista, mestre em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor da FAE.



Rafael Polay Alcântara

Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas da FAE.

DÉFICIT PÚBLICO E REFORMAS

Gilmar Mendes Lourenço

Parece certo que a aliança hegemônica de poder instaurada no Brasil em janeiro de 2003 deixará ao grupo sucessor, no princípio de 2019, um legado macroeconômico desconfortável, expresso em déficit das contas públicas primárias de mais de 2,0% do produto interno bruto (PIB), contra superávit superior a 3% do PIB, recebido na largada e batizado de herança maldita.

Isso significa que qualquer governo minimamente atento à necessidade de recuperação da solvência do estado e, por extensão, de sua capacidade de sobrevivência, deverá realizar, durante prolongado período de tempo, um esforço que venha resultar em saldos fiscais correntes (receitas menos despesas sem a incorporação dos encargos financeiros incidentes sobre o endividamento) acima de 5,0% do PIB.

O alcance de objetivo tão ambicioso, ainda que imprescindível, exigirá, a formulação e implementação de um conjunto de medidas econômicas que priorizem a continuidade da sincronização entre as variáveis de estabilização, com ênfase para desinflação, diminuição dos juros e reação do mercado de ocupações, com a ascensão dos níveis de emprego de rendimento.

Cumprir lembrar aqui que a sucessão de equívocos cometidos entre 2011 e 2015, em nome da chamada nova matriz econômica, centrada em ingredientes populistas, especialmente intervenções voluntaristas em preços chaves, como energia elétrica, combustíveis, juros e câmbio, além da desoneração da folha de salários das corporações e expansão do crédito para amparar o boom de consumo (público e privado), em detrimento dos investimentos, produziu forçado mergulho do País na mais profunda e longa recessão da história, evidenciado pela deterioração das finanças públicas e empobrecimento da população.

Um complicador adicional repousou na miopia oficial quanto à magnitude dos problemas e à relutância na adoção de providências mais duras voltadas aos correspondentes equacionamentos, fruto principalmente das forças de resistência fincadas no Congresso Nacional.

A falta de vontade e ousadia implicou agravamento da situação contracionista, que começou a ser superada, de forma discreta, somente a partir do segundo trimestre de 2017, em resposta à marcha cadente da inflação - fortemente determinada pela apreciação do real e o declínio dos preços dos alimentos, associada à supersafra - e dos juros, contribuindo para a recomposição do poder de compra e a compressão do passivo de famílias e empresas.

A atenção com o prosseguimento dos elementos virtuosos de curto prazo revela-se insuficiente para o desmanche do quadro de estagnação da economia brasileira.

Mas a atenção com o prosseguimento dos elementos virtuosos de curto prazo revela-se insuficiente para o desmanche do quadro de estagnação. Até porque, apurações da *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)*, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), atestam a enorme concentração de renda prevalecente na sociedade brasileira. Em 2016, a fração dos 10,0% mais pobres detinha 0,8% do total de rendimentos, enquanto aos 10,0% mais ricos 50,0% cabia 43,4%. O 1% daqueles com os maiores rendimentos recebia R\$ 27.085 mensais em média, ou 36,3 vezes mais do que a metade que auferia os menores rendimentos de trabalho (R\$ 747 por mês).

Urge a celebração de compromissos e demonstração de empenho político na direção da negociação de um verdadeiro bloco de reformas institucionais, imprescindíveis para, embora apenas em médio e longo prazo, a devolução do equilíbrio orçamentário e financeiro dos entes governamentais e a impulsão da eficiência da microeconomia nacional.

Sem dúvida, modificações no arcabouço previdenciário devem ser perseguidas, não propriamente em razão do apreciável e crescente rombo, bastante discutível por sinal, na medida em que engloba itens de seguridade social, criados por ocasião da Carta Magna de 1988 que, além de não caracterizarem rubricas previdenciárias, não são portadores de fontes definidas de arrecadação.

Sem contar que a receita previdenciária foi vítima de extração de mais de R\$ 11,0 bilhões anuais, derivada da citada desoneração da massa salarial, iniciativa do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, sem provocar qualquer movimentação positiva nas oportunidades de trabalho. Ao contrário, o sacrifício tributário transformou-se em capital de giro para as empresas, sem sequer fazer cócegas na criação de vagas, que foram derrubadas pelo cenário depressivo.

Logo, mudanças nas regras previdenciárias deveriam abarcar a tendência inexorável de transição demográfica, marcada pela conjugação entre drástica queda nas taxas de fecundidade e envelhecimento populacional, que deverá provocar substancial decréscimo, em menos de três décadas, no volume da força de trabalho. Daí a premência nas alterações de idade mínima para aposentadorias e gradativa equalização entre critérios aplicáveis a trabalhadores da iniciativa privada e do setor público.

Ainda de acordo com a PNAD, a população idosa (com 60 anos ou mais de idade) aumentou 16,0%, no período 2012-2016, atingindo o volume de 29,6 milhões de pessoas, passando de 12,8% para 14,4% do total. Enquanto isso, a quantidade de crianças (com até nove anos de idade) recuou de 14,1% para 12,9% em igual intervalo.

No entanto, em uma perspectiva de resgate da competitividade sistêmica de empresas e ramos de atividades atuantes em território nacional e minimização do custo Brasil, outras reformas seriam até mais relevantes, particularmente a simplificação e a progressividade na arrecadação de impostos, taxas e contribuições, com diminuição dos fardos indiretos e redefinição de um pacto federativo, e o retorno e aprofundamento das privatizações e concessões em áreas de infraestrutura.

O ENIGMA DOS JUROS ELEVADOS NO BRASIL

Gilmar Mendes Lourenço

Um dos aspectos mais enigmáticos da conjuntura econômica brasileira diz respeito à reduzida capacidade de propagação dos sucessivos cortes dos juros primários, conhecidos como Selic, promovidos pela autoridade monetária nos últimos doze meses, ensejados pelo consistente declínio das pressões inflacionárias, sobre as demais taxas cobradas pelas instituições financeiras nas operações de empréstimos e financiamentos a empresas e consumidores.

Na verdade, entre novembro de 2016 e novembro de 2017, enquanto a inflação anual, medida pelo índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA-15), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), despencou de 6,98% para 2,77%, a Selic recuou de 14,25% ao ano para 7,50% a.a., configurando reduções de -60,3% e -47,4%, respectivamente. Logo, o juro real caiu de 6,8% a.a. para 4,6% a.a., ou queda de -32,3%. (tabela 1).

TABELA 1 - BRASIL – TAXA DE JUROS – OUTUBRO/2016-OUTUBRO/2017, SEGUNDO MODALIDADES.			
VARIÁVEL/ MODALIDADE	PERÍODO		
	OUT./2016 (% ANUAL)	OUT./2017 (% ANUAL)	VARIAÇÃO %
INFLAÇÃO – IPCA-12 MESES	6,98 (NOV.)	2,77 (NOV.-IPCA15)	-60,3
CRÉDITO/PIB (%)	49,9	46,9	-9,4
SELIC	14,25 (OUT.)	7,50 (OUT.)	-47,4
Juro real	6,8	4,6	-32,3
Spread	24,0	20,7	-13,7
Spread – pessoa jurídica	12,2	11,0	-9,8
Spread – pessoa física	33,7	27,6	-18,1
Desconto de duplicatas	35,4	20,9	-40,9
Cheque especial	328,5	323,7	-1,5
Crédito pessoal	54,2	49,1	-9,4
Cartão de crédito rotativo	484,0	337,9	-30,2
Financiamentos imobiliários – pessoas físicas	7,5	6,3	-16,0

FONTE: BANCO CENTRAL

No entanto, as contrações foram visivelmente mais modestas nos preços cobrados pelos bancos para a cobertura das necessidades de capital de terceiros para o giro dos negócios das corporações e as compras realizadas a prazo pelas famílias. Os juros praticados para a modalidade de desconto de duplicatas exibiram o decréscimo mais expressivo (-40,9%), entre outubro de 2016 e outubro de 2017, descendo de 35,4% a.a. para 20,9% a.a., de acordo com o Banco Central (BC).

No que se refere ao consumo, o fardo financeiro representado pelo cheque especial, crédito pessoal e cartão de crédito rotativo diminuiu -1,5%, -9,4% e -30,2%, respectivamente. Mais especificamente, os juros do cheque especial permaneceram quase que inalterados, de 328,5% a.a. para 323,7% a.a., enquanto o empréstimo pessoal experimentou retração de 54,2% a.a. para 49,1% a.a.

Já o rotativo do cartão, mesmo continuando em níveis proibitivos, mergulhou de 484,0% a.a., para 337,9% a.a., depois da determinação do BC (Resolução nº 4.549, de 26 de janeiro de 2017) para utilização do recurso de pagamento da tarifa mínima de 15% do valor da fatura total, por apenas um único mês, devendo ser obrigatoriamente substituído por outra opção menos onerosa.

A resistência dos juros domésticos em acompanhar a tendência exógena e a curva cadente da inflação repousa no funcionamento anômalo do mercado de crédito brasileiro, refém de uma engenharia financeira desde sempre nociva ao barateamento do custo do dinheiro.

De partida, emerge o embaraço macroeconômico configurado nos diferenciais de juros internos bastante superiores à média global, imprescindíveis à atração de haveres especulativos destinados à cobertura dos buracos nas transações correntes do balanço de pagamentos, enquanto o clima político não conseguir assegurar fluxos saudáveis de investimentos diretos estrangeiros (Ides), ainda restritos à compra de verdadeiras pechinchas nos segmentos produtivos, oportunizadas pelo triênio de aguda recessão.

Igualmente brutal foi o espaço aberto para a aplicação dos capitais externos em incorporação de ativos públicos, destruídos pela mistura entre intervencionismo estatal populista, aparelhamento partidário da gestão das empresas e amazônica corrupção, marcas da aliança hegemônica de poder desde o princípio da década de 2000. Os eventos protagonizados pelo sistema Petrobrás e Eletrobrás constituem exemplos patéticos e práticos desse *modus operandi*.

Há também a influência exercida pela ausência de estratégias oficiais voltadas à integração competitiva de empresas e ramos econômicos atuantes no País nas complexas cadeias mundiais de agregação de valor, que favoreceriam a produção de um salto exportador e, por extensão, a eliminação da barreira da vulnerabilidade externa. Sem contar o perene emprego do câmbio apreciado, prejudicial às vendas externas, essencial à supressão da inflação pela via da repressão dos preços de importação.

Porém, a maior distorção reside na crescente e excessiva concentração técnica do sistema financeiro brasileiro, atrelado à rolagem da dívida mobiliária federal interna, superior a 50% do produto interno bruto (PIB), principal empecilho a quedas mais substanciais da Selic, cujo perfil de vencimento prevê desembolsos de 14,7% do total, em 2018, e 85,3%, de 2019 em diante.

Não por acidente, constata-se pronunciado grau de oligopolização setorial, que, por inibir a concorrência, consiste em severa restrição, reconhecida pelo próprio Fundo Monetário Internacional (FMI), guardião da estabilidade das relações do aparato financeiro em escala planetária.

O FMI comprovou que o Brasil lidera o certame mundial de spread bancário.

O Fundo comprovou que o País lidera o certame mundial de spread bancário, definido como a diferença entre os juros médios cobrados pelas entidades do tomador final e o custo de captação dos recursos. Decerto, houve declínio desse item no Brasil, estimado em -13,7%, no intervalo em pauta, incomparavelmente inferior ao da inflação e da Selic, retrocedendo de 24,0% a.a. para 20,7% a.a. Não obstante, mantem-se em contraste com o padrão global, abaixo de 6% a.a.

O encolhimento foi mais acentuado para as pessoas físicas (-18,1%), ou de 33,7% a.a. para 27,6% a.a., reflexo, principalmente, da diminuição do endividamento e inadimplência, por conta, sobretudo, do uso das cifras liberadas das contas inativas do fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS). Para as organizações empresariais, o decréscimo foi de -9,8%, ou de 12,2% a.a. para 11,0% a.a.

Quanto se considera a composição dessa complexa variável, por essas paragens, baseando-se nos parâmetros prevalentes entre 2011 e 2016, percebe-se que 55,7% estão associados aos riscos de inadimplência, 23,3% correspondem aos lucros, 15,6% abrangem os impostos diretos (contribuição social sobre o lucro líquido e imposto de renda), 3,8% equivalem às despesas administrativas e 1,6% abarcam os compulsórios, encargos fiscais e fundo garantidor de crédito.

Não é preciso ser um arguto observador do ambiente econômico para notar evidente superestimação do componente inadimplência, consubstanciando posturas preventivas dos entes bancários que, em circunstâncias de aprofundamento da crise, vem intensificando a adoção de comportamentos seletivos na concessão de crédito, preferindo o porto seguro dos papéis oficiais, portadores, dentre outras vantagens, de liquidez e garantia de recompra.

Tanto é assim que a relação crédito/PIB decresceu de 49,9% para 46,9% no lapso em observação, mesmo com os enormes cortes na Selic, corroborando a ideia de que o afrouxamento monetário apoia-se apenas na redução dos juros básicos, sem contemplar compressão do custo e alargamento expressivo do volume de crédito.

Em contrapartida, parece razoável admitir que a participação dos lucros no spread, já suficientemente elevada, estaria subestimada, na medida em que a natureza imperfeita da operação deste mercado permitiu expressiva ampliação do domínio exercido por um reduzido número de conglomerados sobre os ativos. O peso das quatro maiores instituições (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú e Bradesco) no montante total de negócios passou de 43,0%, em 2000, para 73,4%, em 2016.

A reversão desse quadro desfavorável à expansão da oferta e à redução do custo do crédito na nação requer ampla reforma financeira, capaz de escancarar as portas para a ocorrência de maior competição na garimpagem e na disponibilização de haveres, e reestruturação do passivo público, envolvendo alongamento de prazos de vencimentos – que amenizaria as pressões financeiras sobre o orçamento – e/ou negociação de permuta, de parcela deste, por inversões em empreendimentos infraestruturais, brotados de um transparente programa de privatizações.

O DESCASO COM A GALINHA DOS OVOS DE OURO

Gilmar Mendes Lourenço

É praticamente consensual a ideia de que a pujança do agronegócio vem representando o papel de tábua da salvação da economia brasileira, sendo o grande responsável, ao mesmo tempo, pela contenção das pressões inflacionárias, o abrandamento dos constrangimentos recessivos, prolongados por três anos, e a substancial diminuição dos déficits em transações correntes do balanço de pagamentos do País, que recuaram de –US\$ 104,2 bilhões, em 2014, ou 4,2% do produto interno bruto (PIB), para –US\$ 12,6 bilhões, em 2017, ou 0,6% do PIB.

Projeções da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) apontam acréscimo superior a 2% do PIB setorial, em 2017, versus variação de 0,7% para o agregado nacional, conforme a pesquisa Focus do Banco Central (BC), influenciado pela safra recorde de grãos, superior a 240 milhões de toneladas, segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e a subida das cotações globais dos alimentos, determinada pela reação dos preços e da demanda, esta última engrossada anualmente por mais de 150 milhões de consumidores.

O quadro conjuntural animador é otimizado por avaliações prospectivas, feitas pela Organização para as Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), em conjunto com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Tais inferências dão conta da ocupação, pelo Brasil, da dianteira nas exportações mundiais de alimentos, na próxima década, desbancando os Estados Unidos. Isso é particularmente relevante para um país que, há menos de meio século, caracterizava-se como importador de matérias primas e produtos finais da cadeia alimentar.

Na verdade, a eliminação da característica de dependência das compras externas e a transformação em *player* global repousam na sintonia fina entre alguns fatores virtuosos, com destaque para a disponibilidade de enormes extensões de terras férteis e clima e regimes pluviométricos favoráveis adequados à diversificação da produção; o acelerado avanço dos encadeamentos à montante e à jusante do complexo rural; e os ganhos derivados da multiplicação da retaguarda científica e tecnológica, montada pelas instâncias públicas e privadas, especialmente a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a estrutura corporativa cooperativista.

O aprofundamento do protagonismo do agronegócio brasileiro tem sido prejudicado, desde os anos 1980, pela multiplicação das deficiências macroeconômicas, logísticas e infraestruturais.

No entanto, o aprofundamento do protagonismo do agro tem sido prejudicado, desde os anos 1980, pela multiplicação das deficiências macroeconômicas, logísticas e infraestruturais, que prejudica o escoamento da produção agropecuária e, sobretudo, a incorporação de novas áreas de fronteira, exigentes em economias de escala e intensivas em tecnologia.

No campo macro, dentre as não poucas intervenções nocivas do governo federal sobressai uma autêntica operação desmonte da agricultura familiar, por meio da redução dos recursos aportados no Programa de Aquisição de Alimentos (PPA). Criado em 2003, o PPA atingiu o ápice de liberações de haveres em 2012, quando disponibilizou R\$ 839,0 milhões aos pequenos produtores. Desde então, as alocações vem despencando até atingirem R\$ 150,0 milhões em 2017.

No terreno do aparato infraestrutural, mais de 60% do transporte da produção do segmento ocorre em modal rodoviário, reconhecidamente menos eficiente e mais custoso. Para complicar, investigação da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) revela que, em 2017, 61,7% das estradas nacionais e estaduais foram avaliadas como “regular”, “ruim” e “péssima”, contra 58,2%, em 2016, dificultando o tráfego pesado de cargas das zonas agrícolas de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Pará, na direção das principais saídas de exportação do País.

Em condições de estado quebrado, a desobstrução desses estrangulamentos físicos ao desempenho do setor depende da formulação e execução de arrojado programa de concessões à iniciativa privada e/ou a instituição de parcerias entre governo e organizações empresarias. Decerto que as duas iniciativas devem ser amparadas por um marco regulatório transparente e estável que possa representar uma verdadeira carta de alforria, ou mecanismo de proteção contra as indesejáveis injunções de caráter político.

É interessante sublinhar que, por uma ótica mais geral, pesquisa preparada pelo instituto Ipsos mostra que a população brasileira acusou o maior grau de insatisfação com a qualidade da infraestrutura recebida, em um painel de 28 países acompanhados, atingindo a marca de 60,0%, contra 51,0% da África do Sul, o segundo pior. Os menos incomodados são os japoneses (15,0%), Coreia do Sul (16,0%) e Índia (17,0%). A liderança de insatisfação no Brasil coube à rede de rodovias, com insuficiência e precariedade apontada por 71,0% dos entrevistados.

A RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA PARANAENSE: ALGUMAS EVIDÊNCIAS ESTATÍSTICAS

Gilmar Mendes Lourenço

A profunda e prolongada recessão econômica, que assolou o Brasil a partir de 2014, afetou substancialmente a dinâmica de negócios no Estado do Paraná. Enquanto o produto interno bruto (PIB) do País recuou -6,8%, entre 2014 e 2016, o regional caiu -7,0%, fruto do clima depressivo no plano nacional, ampliado localmente pelos efeitos multiplicadores de duas quebras de safras agrícolas.

De fato, a produção de grãos caiu, no território paranaense, -1,4% e -5,6%, em 2014 e 2016, respectivamente, evento que, ao lado do declínio das cotações globais das commodities alimentares, motivado essencialmente pela desaceleração da demanda chinesa, provocou enorme diminuição dos fluxos de renda das cadeias produtivas articuladas ao setor rural.

No entanto, o processo de recuperação dos níveis de atividade, em curso notadamente no Brasil a partir do segundo trimestre de 2017, ligado à melhora do comércio externo e ao alargamento da previsibilidade, ensejado pela consistente descida da inflação e dos juros, se reproduziu com maior intensidade na base produtiva regional.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) apontam variação de 0% do PIB brasileiro e 1,6% do paranaense, no primeiro semestre de 2017. Para o ano fechado, as projeções do Banco Central (BC) e IPARDES indicam incremento de 0,7% para a principal grandeza macroeconômica do País e de 1,4% para a estadual.

A melhor performance da matriz econômica local *vis a vis* a nacional deriva da combinação de três elementos virtuosos, com preponderância do agronegócio. A quantidade colhida de grãos no Estado deve passar de 42,0 milhões de toneladas em 2017, representando cerca de 18,0% do total nacional e um acréscimo de 19,0% em relação ao volume de 2016 e de 12,0% em confronto com o recorde observado em 2015.

*A indústria do Paraná
apresentou o segundo
melhor desempenho do
País em 2017.*

Isso é particularmente expressivo em um cenário de reação da demanda e dos preços internacionais, em razão do estancamento do desaquecimento da economia da China, cujo PIB deve crescer quase 7,0% no corrente ano, de acordo com projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI). O índice de preços de alimentos, apurado pela FAO, situou-se, em setembro de 2017, 8,8% e 10,4% acima da média calculada para 2015 e 2016, respectivamente, mesmo ficando -7,8% abaixo da média histórica levantada desde 2010.

A produção fabril paranaense cresceu 5,1% entre janeiro e setembro de 2017, conforme o IBGE, contra incremento de 1,6% da média do País, constituindo o segundo melhor desempenho, dentre os quatorze estados acompanhados pela instituição nacional, ficando atrás apenas do Pará, que registrou expansão de 9,8%, impulsionada exclusivamente pelo ramo extrativo (12,9%), especificamente minério de ferro em bruto ou beneficiado. (Tabela 1).

TABELA 1 - BRASIL – PRODUÇÃO INDUSTRIAL - RESULTADOS REGIONAIS - SETEMBRO DE 2017

Locais	Variação (%)			
	Set.2017/Ago.2017	Set.2017/Set.2016	Acumulado Jan.-Set.	Acumulado 12 Meses
Amazonas	-1,1	6,8	2,5	1,6
Pará	2,0	13,2	9,8 (1º)	9,2
Região Nordeste	-2,0	-1,3	-0,9	-1,1
Ceará	-1,1	3,3	1,6	0,5
Pernambuco	-2,5	-4,1	-0,1	-0,1
Bahia	-1,1	4,7	-2,9	-4,1
Minas Gerais	-0,4	-0,8	1,6	0,3
Espírito Santo	-3,0	-2,7	3,0	0,4
Rio de Janeiro	8,7	11,3	2,8	2,9
São Paulo	1,3	5,0	2,0	0,9
Paraná	0,2	8,9	5,1 (2º)	4,6
Santa Catarina	0,2	2,4	3,6	2,5
Rio Grande do Sul	-1,0	-5,0	0,9	0,5
Mato Grosso	-	4,5	2,1	-0,3
Goiás	2,1	7,3	2,4	-0,5
Brasil	0,2	2,6	1,6	0,4

FONTE: IBGE

Dez dos treze segmentos pesquisados no Paraná exibiram resultados positivos, com ênfase para máquinas e equipamentos (52,0%) e veículos automotores, reboques e carrocerias (16,6%), ou, mais precisamente, máquinas colheitadeiras e tratores agrícolas, e automóveis, respectivamente.

Em idêntico intervalo de tempo, conforme o IBGE, o volume de vendas do comércio varejista subiu 3,6% no Estado, versus variação de 2,7% no País, puxado por equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicações (18,8%), combustíveis e lubrificantes (17,2%) e materiais de construção (16,8%).

De seu turno, o volume dos serviços prestados, também obtido por inquérito do IBGE, acusou aumento de 4,4% no Paraná, nos primeiros nove meses de 2017, diante de encolhimento de -3,7% para a média brasileira. Trata-se do segundo maior acréscimo do País, perdendo somente para Mato Grosso (7,4%), e ancorado em serviços prestados às famílias (16,7%) e transportes, serviços auxiliares e correios (14,2%).

No que se refere ao mercado de trabalho, o Paraná expressou desemprego de 8,5% da população economicamente ativa (PEA), contra 12,4% da PEA para a média nacional, estimada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, do IBGE, para o terceiro trimestre de 2017. Com isso, o Estado apresentou a quarta menor desocupação, junto com Mato Grosso do Sul, atrás de Santa Catarina (6,7%), Mato Grosso do Sul (7,9%) e Rio Grande do Sul (8,0%), como apresentado na tabela 2.

TABELA 2 - BRASIL – TAXA DE DESOCUPAÇÃO, SEGUNDO UNIDADES DE FEDERAÇÃO - 2017

Unidades da Federação	Taxa de desocupação (%)		
	janeiro-março	abril-junho	Julho-setembro
BRASIL	13,7	13,0	12,4
Bahia	18,6	17,5	16,7
Ceará	14,3	13,2	11,8
Pernambuco	17,1	18,8	17,9
Rio de Janeiro	14,5	15,6	14,5
Espírito Santo	14,4	13,4	13,0
Minas Gerais	13,7	12,2	12,3
São Paulo	14,2	13,5	13,2
Distrito Federal	14,1	13,1	12,3
Goiás	12,7	11,0	9,2
Mato Grosso do Sul	9,8	8,9	7,9 (2º)
Paraná	10,3	8,9	8,5 (4º)
Santa Catarina	7,9	7,5	6,7 (1º)
Rio Grande do Sul	9,1	8,4	8,0 (3º)

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua mensal

Já a subutilização da força de trabalho, que engloba desemprego aberto (procura por trabalho nos últimos 30 dias), jornada insuficiente e desalento, chegou a 16,0% da PEA, a quarta menor do País (23,8%, ou 26.8 milhões de pessoas), atrás de Santa Catarina (10,9%) e Mato Grosso (14,8%) e Rondônia (15,5%).

O Estado também respondeu por 11,5% dos 302,2 mil empregos líquidos com carteira assinada, gerados no País entre janeiro e outubro de 2017, conforme levantamento do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho. 41,7% dos postos formais no Paraná foram proporcionados pelo ramo de serviços, sobretudo ensino, alojamento e alimentação; e 31,4% pela indústria têxtil, do vestuário e de alimentos.

Além dos indiscutíveis impactos do agro, a arrancada da economia paranaense pode ser imputada, embora de maneira acessória, à maturação parcial da diversificada carteira de mais de R\$ 40,0 bilhões de investimentos industriais privados, nacionais e multinacionais, atraídos para o Estado entre 2011 e 2014, no âmbito do programa Paraná Competitivo.

Igualmente com interferência marginal emergem os desdobramentos do ajuste fiscal promovido pelo executivo estadual, desde 2015, a despeito de demasiadamente amparado na elevação de impostos, o que assegurou algum fôlego financeiro ao tesouro estadual.

Rigorosamente houve ampliação das alíquotas do ICMS e do IPVA e alterações nas regras previdenciárias que permitiram a transferência de mais R\$ 2,0 bilhões do pecúlio dos servidores ao tesouro (Lei 18.469/2015). Mais recentemente aconteceu a antecipação de receitas do ICMS junto às grandes empresas contempladas nos programas de incentivos fiscais estaduais.

O Estado respondeu por 11,5% dos 302,2 mil empregos líquidos com carteira assinada, gerados no País entre janeiro e outubro de 2017.

Com isso, o Paraná ostenta a terceira menor relação dívida/receita corrente líquida (RCL), ou posição de 19,41%, inferida pelo BC para setembro de 2017, atrás de Espírito Santo (6,2%) e Mato Grosso (16,6%), versus a condição dramática revelada pelas instâncias do Rio de Janeiro (151,7%), Rio Grande do Sul (127,1%), São Paulo (111,5%) e Minas Gerais (109,9%).

O esforço fiscal torna-se mais visível quando se examina as necessidades de financiamento do setor público estadual, que exprimiu o quinto maior superávit primário da federação, em doze meses encerrados em agosto de 2017, sendo 3,1% da RCL, suplantado apenas por São Paulo (4,4%), Ceará (4,3%), Pernambuco (3,6%) e Mato Grosso do Sul (3,4%).

INDICADORES

Rafael Polay Alcântara

EXPECTATIVA MÉDIA ANUAL DO MERCADO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA: PIB, JUROS, CÂMBIO E INFLAÇÃO - 2017-2021

ANO	TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB	TAXA DE JUROS SELIC	TAXA DE CÂMBIO R\$/US\$	TAXA DE INFLAÇÃO IPCA
2017	0,72	9,84	3,20	3,07
2018	2,53	6,84	3,28	4,07
2019	2,79	7,88	3,34	4,21
2020	2,68	8,07	3,39	4,07
2021	2,65	7,97	3,43	4,01

FONTE: Banco Central do Brasil, GERIN. Com base nas expectativas de 24/11/2017

Sinal convencional utilizado: ... dado não disponível

**DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (% PIB) – COMPARAÇÃO MENSAL ÚLTIMOS 10 ANOS
OUTUBRO 2007-2017**

SET/ ANO	GOVERNO FEDERAL	BACEN	GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	EMPRESAS ESTATAIS	SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO
2007	29,45	0,77	13,61	0,76	44,59
2008	29,44	-0,69	13,25	0,79	38,31
2009	26,87	-1,08	12,39	0,72	41,46
2010	25,37	-1,05	11,44	0,61	37,88
2011	22,22	-1,09	10,79	0,57	35,64
2012	21,58	-1,09	10,8	0,53	32,46
2013	22,22	-1,13	10,57	0,59	31,61
2014	22,71	-1,27	10,64	0,64	32,22
2015	33,47	-2,89	12,38	0,84	33,03
2016	40,83	-2,51	12,1	0,87	43,93
2017	29,45	-2,68	11,68	0,89	50,72

FONTE: Banco Central do Brasil, DEPEC.

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM CURITIBA – OUTUBRO/2017

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	CURITIBA	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	24.184	71,76	33.702	27,78	87.052	2,04	1.187.819
DESLIGAMENTOS	23.626	73,08	32.328	28,71	82.303	2,13	1.111.220
Nº EMPREGOS FOMAIIS EM 01/JAN/2017	684.113	70,52	970.038	26,51	2.580.699	1,79	38.320.321
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	151.613	71,74	211.323	23,34	649.668	1,85	8.182.382
VARIAÇÃO ABSOLUTA	558		1.374		4.749		76.599

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de Curitiba em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

INDICADORES

Rafael Polay Alcântara

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – OUTUBRO/2017

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	2.710	8,04	33.702	3,11	87.052	0,23	1.187.819
DESLIGAMENTOS	2.582	7,99	32.328	3,14	82.303	0,23	1.111.220
Nº EMPREGOS FOMAIIS EM 01/JAN/2017	85.491	8,81	970.038	3,31	2.580.699	0,22	38.320.321
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	14.429	6,83	211.323	2,22	649.668	0,18	8.182.382
VARIAÇÃO ABSOLUTA	128		1.374		4.749		76.599

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de São José dos Pinhais em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM ARAUCÁRIA – OUTUBRO/2017

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	ARAUCÁRIA	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	1.161	3,44	33.702	1,33	87.052	0,1	1.187.819
DESLIGAMENTOS	1.018	3,15	32.328	1,24	82.303	0,09	1.111.220
Nº EMPREGOS FOMAIIS EM 01/JAN/2017	37.885	3,91	970.038	1,47	2.580.699	0,1	38.320.321
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	5.706	2,7	211.323	0,88	649.668	0,07	8.182.382
VARIAÇÃO ABSOLUTA	143		1.374		4.749		76.599

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de Araucária em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

EVOLUÇÃO DIÁRIA DO ÍNDICE BOVESPA (IBOVESPA) - OUT/2016 – SET/2017

DIA	JAN /17	FEV/17	MAR/17	ABR/17	MAI/17	JUN/17	JUL/17	AGO/17	SET/17	OUT/16	NOV/16	DEZ/16
1		64836,1 2	66988,8 7			62288,5 2		66.516,2 3	71.923,1 1		63326,41	59506,54
2	59588,7 0	64578,2 1	65854,9 3		66721,7 4	62510,6 9		67.135,9 9				60316,12
3	61813,8 3	64953,9 3	66785,5 3	65211,4 7	66093,7 8		63279,5 8	66.777,1 3		59461,22	61750,17	
4	61589,0 5			65768,9 1	64862,6 0		63231,5 9	66.897,9 8	72.128,8 3	59.339,2 2	61598,39	
5	62070,9 8			64774,7 6	65709,7 3	62450,4 5	63154,1 7		72.150,8 7	60254,34		59831,72
6	61665,3 6	63992,9 3	66341,3 6	64222,7 2		62954,6 9	62470,3 3		73.412,4 1	60644,24		61088,24
7		64198,8 9	65742,3 2	64593,1 0		63170,7 3	62322,4 0	67.939,6 5		61108,98	64051,65	61414,40
8		64835,4 0	64718,0 1		65526,0 4	62755,5 7		67.898,9 3	73.078,8 5		64157,6 7	60676,56
9	61700,2 9	64964,8 8	64585,2 3		66277,6 7	62210,5 5		67.671,0 6			63258,26	60500,61
10	62131,8 0	66124,5 2	64675,4 6	64649,8 1	67349,7 2		63025,4 6	66.992,0 8		61668,33	61200,95	
11	62446,2 6			64359,7 9	67537,6 1		63832,1 5	67.358,5 8	74.319,2 1	61021,84	59183,50	

INDICADORES

Rafael Polay Alcântara

12	63953,9 3			63891,6 7	68221,9 4	61700,2 3	64835,5 5	74.538,5 5			59178,61	
13	63651,5 1	66967,6 4	65534,3 0	62826,2 8		61828,9 9	65178,3 4	74.787,5 6	61118,58		59280,5 7	
14		66712,8 8	64699,4 6			61922,9 2	65436,1 7	68.284,6 6	74.656,6 8	61767,21	59657,46	58212,11
15		67975,5 8	66234,8 7		68474,1 8			68.355,1 2	75.756,5 1			58396,16
16	63831,2 7	67814,2 4	65782,8 5		68684,4 9	61626,4 1		68.594,2 9		60759,31		58389,04
17	64354,3 3	67748,4 1	64209,9 3	64334,9 2	67540,2 5		65212,3 1	67.976,7 9		62696,10	59770,47	
18	64149,5 7			64158,8 4	61597,0 5		65337,6 6	68.714,6 5	75.990,4 0	63782,20	59961,76	
19	63950,8 6			63406,9 7	62639,3 0	62014,0 3	65179,9 2		75.974,1 8	63505,60		57110,99
20	64521,1 8	68532,8 5	64884,2 6	63760,6 2		60766,1 5	64938,0 1		76.004,1 5	63837,85		57582,89
21		69052,0 2	62980,3 7			60761,7 4	64684,1 8	68.634,6 4	75.604,3 4	64108,08	61070,27	57646,52
22		68589,5 4	63521,3 3		61673,4 9	61272,2 1		70.011,2 5	75.389,7 5		61954,4 7	57255,22
23	65748,6 2	67461,3 9	63530,7 8		62662,4 8	61087,1 3		70.477,6 3		61985,90	57937,10	
24	65840,0 9	66662,1 0	63853,7 7	64389,0 1	63257,3 5		65099,5 5	71.132,7 9		64059,89	61395,53	
25				65148,3 4	63226,7 8		65667,6 2	71.073,6 5	74.443,4 7	63866,20	61559,07	
26	66190,6 2			64861,9 2	64085,4 1	62188,0 8	65010,5 7		74.318,7 2	63825,68		58620,26
27	66033,9 8		64308,3 8	64676,5 5		61675,4 6	65277,3 8		73.796,7 1	64249,50		58696,69
28			64640,4 5	65403,2 4		62017,9 7	65497,1 2	71.016,5 9	73.567,2 4	64307,63	62855,49	59781,63
29			65528,2 8		63760,9 4	62238,9 5		71.329,8 5	74.293,5 0		60986,51	60227,28
30	64301,7 3		65265,9 8		63962,2 6	62899,9 7		70.886,2 5		61906,35		
31	64670,7 8		64984,0 6		62711,4 7		65920,3 6	70.835,0 5		64924,51		
MÍNIMO	59588,7 0	63992,9 3	62980,3 7	62826,2 8	61597,0 5	60761,7 4	62322,4 0	66.516,2 3	71.923,1 1	59339,22	59183,50	57110,99
MÁXIMO	66190,6 2	69052,0 2	66988,8 7	65768,9 1	68684,4 9	63170,7 3	65920,3 6	71.329,8 5	76.004,1 5	64924,51	64157,67	61414,40

FONTE: BM&FBovespa

NOTA: Índice Ibovespa é o valor atual, em moeda corrente, de uma carteira teórica de ações constituída em 2/1/1968 (valor-base: 100 pontos), a partir de uma aplicação hipotética. Supõe-se não ter sido efetuado nenhum investimento adicional desde então, considerando-se somente os ajustes efetuados em decorrência da distribuição de proventos pelas empresas emissoras (tais como reversão de dividendos recebidos e do valor apurado com a venda de direitos de subscrição, e manutenção em carteira das ações recebidas em bonificação). Dessa forma, o índice reflete não apenas as variações dos preços das ações, mas também o impacto da distribuição dos proventos, sendo considerado um indicador que avalia o retorno total de suas ações componentes (IBOVESPA).

INDICADORES

Rafael Polay Alcântara

PREÇO MÉDIO MENSAL E NOMINAL NO ATACADO EM REAIS (R\$) DE PRODUTOS AGRÍCOLAS SELECIONADOS DEZ/2000–NOV/2017

PERÍODO	SÃO PAULO	PARANÁ			
	Arroz (30 Kg)	Feijão Preto (30 Kg)	Soja (em farelo) (t)	Trigo (em grão) (60 Kg)	Milho (60 Kg)
Dez/00	20,69	19,08	434,03	15,03	10,30
Dez/01	28,00	49,95	496,42	17,80	11,78
Dez/02	38,00	48,47	745,55	34,94	24,37
Dez/03	52,36	43,16	756,77	28,58	17,73
Dez/04	33,78	48,65	522,76	21,26	15,00
Dez/05	30,00	60,01	513,04	21,96	14,26
Dez/06	34,01	33,47	506,57	29,23	19,44
Dez/07	43,67	72,29	682,33	34,35	28,69
Dez/08	52,54	85,72	736,91	28,50	17,93
Dez/09	48,34	44,14	740,11	27,50	17,66
Dez/10	54,40	56,57	734,82	27,40	22,69
Dez/11	44,28	52,75	584,62	26,43	23,20
Dez/12	65,00	80,81	1.239,97	41,50	31,00
Dez/13	59,51	92,71	1.298,74	47,27	22,54
Dez/14	60,00	78,69	1.174,61	34,32	24,95
Dez/15	62,10	87,64	1314,07	43,30	29,39
Jan/16	66,85	106,78	1397,50	44,10	36,59
Fev/16	68,55	100,91	1404,32	45,16	38,67
Mar/16	69,97	96,83	1140,93	45,29	41,08
Abr/16	69,89	98,09	1110,13	46,60	46,10
Mai/16	71,45	107,83	1319,96	46,19	49,96
Jun/16	73,02	131,01	1572,48	53,74	49,13
Jul/16	69,81	158,53	1489,45	53,68	41,15
Ago/16	74,62	152,55	1353,58	50,77	40,86
Set/16	77,21	148,65	1281,50	43,34	37,86
Out/16	77,58	161,76	1211,86	39,45	38,32
Nov/16	...	155,06	1220,52	38,25	35,63
Dez/16	...	147,81	1212,32	37,62	34,81
Jan/17	...	125,18	1153,42	37,19	32,92
Fev/17	...	106,44	1.138,59	36,14	30,25
Mar/17	...	104,81	1.063,18	35,70	27,89
Abr/17	...	96,55	1.012,31	36,25	25,67
Mai/17	...	101,82	1.015,39	36,57	25,61
Jun/17	...	111,60	1.018,95	37,46	24,36
Jul/17	...	99,96	1.087,77	38,73	22,84
Ago/17	...	92,36	1.014,63	40,70	22,39
Set/17	...	92,02	1.017,38	36,87	24,68
Out/17	...	92,86	1.068,59	35,95	26,08
Nov/17	...	85,59	1.077,22	37,79	27,27

FONTE: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); CONAB; SEAB-PR

NOTA: Cotação para o arroz longo fino agulhinha.

Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível

INDICADORES DO MERCADO FINANCEIRO NACIONAL E INTERNACIONAL

DATA	BRASIL				EUA	
	Fundo de Investimento Financeiro – FIF (PL mensal, R\$ milhões) 7837(1)	Valor das empresas listadas no Ibovespa (R\$ bilhões) 7848(3)	Índice Ibovespa 7845	Emissão Primária de Debêntures (R\$ milhões) 7841	Dow Jones – NYSE fechamento (pontos) 7846 (3)	Nasdaq fechamento (pontos) 7847 (4)
DEZ/07	912.869	1.764.961	63.886	1.068	13.265	2.652
DEZ/08	917.297	1.087.640	37.550	0	8.776	1.577
DEZ/09	1.086.267	1.739.615	68.588	2.720	10.428	2.269
DEZ/10	1.286.654	2.070.752	69.304	2.025	11.578	2.653
DEZ/11	1.501.728	1.833.723	56.754	220	12.218	2.605
DEZ/12	1.786.186	1.961.800	60.952	850	13.104	3.020
DEZ/13	1.939.384	1.889.777	51.507	300	16.577	4.177
DEZ/14	2.156.887	1.824.499	50.007	0	17.823	4.736
JAN/15	2.192.912	1.744.785	46.907	10.000	17.165	4.635
FEV/15	2.226.999	1.897.789	51.583	551	18.133	4.964
MAR/15	2.260.558	1.885.819	51.150	321	17.776	4.901
ABR/15	2.282.144	2.066.170	56.229	4.600	17.841	4.941
MAI/15	2.235.805	1.949.062	52.760	0	18.011	5.070
JUN/15	2.355.165	1.973.591	53.080	0	17.620	4.987
JUL/15	2.388.160	1.903.496	50.864	740	17.690	5.128
AGO/15	2.425.397	1.754.227	46.625	0	16.528	4.777
SET/15	2.343.942	1.700.335	45.059	1.350	16.285	4.620
OUT/15	2.448.624	1.678.886	45.868	1.892	17.664	5.054
NOV/15	2.465.544	1.658.564	45.120	0	17.720	5.109
DEZ/15	2.472.963	1.591.222	43.349	1.185	17.425	5.007
JAN/16	2.522.931	1.506.705	40.405	0	16.466	4.614
FEV/16	2.553.705	1.560.784	42.793	0	16.517	4.558
MAR/16	2.599.654	1.795.296	50.055	20.000	17.685	4.870
ABR/16	2.635.683	1.917.723	53.910	0	17.831	4.775
MAI/16	2.670.626	1.740.045	48.471	0	17.787	4.948
JUN/16	2.690.456	1.821.192	51.526	0	17.930	4.843
JUL/16	2.738.202	2.004.423	57.308	0	18.432	5.162
AGO/16	2.795.674	2.029.117	57.901	0	18.401	5.213
SET/16	2.820.714	2.044.580	58.367	0	18.308	5.312
OUT/16	2.860.310	2.234.166	64.924	878	18.142	5.190
NOV/16	2.887.156	2.134.704	61.906	0	19.124	5.324
DEZ/16	2.953.369	2.078.361	60.227	975	19.763	5.383
JAN/17	3.035.796	2.239.112	64.670	0	19.864	5.615
FEV/17	3.088.727	2.324.811	66.662	0	20.822	5.825
MAR/17	3.158.822	2.245.686	64.984	300	20.663	5.912
ABR/17	3.169.398	2.243.197	65.403	432	20.941	6.048
MAI/17	3.203.771	2.159.216	62.711	0	21.009	6.199
JUN/17	3.243.842	2.149.502	62.899	0	21.350	6.144
JUL/17	3.310.407	2.249.025	65.920	1.091	21.891	6.348
AGO/17	3.386.195	2.400.515	70.835	0	21.948	6.429
SET/2017	3.426.878	2.517.247	74.293	0	22.405	6.453
OUT/2017	3.468.644	2.538.691	74.308	4.537	23.377	6.728

FONTES: (1) BANCO CENTRAL DO BRASIL, (2) BOVESPA (ÍNDICE DE FECHAMENTO DO ÚLTIMO DIA ÚTIL DO MÊS), (3) DOW JONES, (4) NASDAQ

NOTA: para os anos de 2007 a 2014, os valores referem-se ao mês de dezembro, exceto para emissão de debênture que é o total do ano. Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

INDICADORES

Rafael Polay Alcântara

BALANÇA COMERCIAL DO PARANÁ - 1997 - 2017
EM US\$ FOB - ACUMULADO E VARIAÇÃO % ANUAL

Ano	Exportação (X)		Importação (M)		Saldo (X-M)
	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB
1997	4.853.587.000	14,00	3.306.968.000	36,00	1.546.619.000
1998	4.227.995.000	-13,00	4.057.589.000	23,00	170.406.000
1999	3.932.659.000	-7,00	3.699.490.000	-9,00	233.169.000
2000	4.394.161.676	0,00	4.686.228.819	0,00	-292.067.143
2001	5.320.210.841	21,07	4.928.952.244	5,18	391.258.597
2002	5.703.081.036	7,20	3.333.392.117	-32,37	2.369.688.919
2003	7.157.852.544	25,51	3.486.050.508	4,58	3.671.802.036
2004	9.405.025.640	31,39	4.026.146.368	15,49	5.378.879.272
2005	10.033.532.895	6,68	4.527.236.933	12,45	5.506.295.962
2006	10.016.337.731	-0,17	5.977.970.879	32,04	4.038.366.852
2007	12.352.857.472	23,33	9.017.987.693	50,85	3.334.869.779
2008	15.247.184.111	23,43	14.570.222.035	61,57	676.962.076
2009	11.222.826.796	-26,39	9.620.843.086	-33,97	1.601.983.710
2010	14.175.843.943	26,31	13.956.956.807	45,07	218.887.136
2011	17.394.275.271	22,70	18.767.762.576	34,47	-1.373.487.305
2012	17.709.590.951	1,81	19.387.793.769	3,30	-1.678.202.818
2013	18.239.201.710	2,99	19.345.381.499	-0,22	-1.106.179.789
2014	16.332.120.489	-10,46	17.295.813.435	-10,59	-963.692.946
2015	14.909.080.745	-8,71	12.448.504.088	-28,03	2.460.576.657
2016	15.171.099.837	1,76	11.092.307.396	-10,89	4.078.792.441
JAN-OUT/2017	15.388.999.282	19,35	9.684.879.526	5,37	5.704.119.756

FONTE: MDIC/SECEX

BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL - 1997 - 2017
EM US\$ FOB - ACUMULADO E VARIAÇÃO % ANUAL

Ano	Exportação (X)		Importação (M)		Saldo (X-M)	
	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%
1997	52.982.726.000	10,97	59.747.227.000	12,00	-6.764.501.000	20,82
1998	51.139.862.000	-3,48	57.763.476.000	-3,32	-6.623.614.000	-2,08
1999	48.012.790.000	-6,11	49.301.558.000	-14,65	-1.288.768.000	-80,54
2000	55.118.919.865	0,00	55.850.663.138	0,00	-731.743.273	-43,22
2001	58.286.593.021	5,75	55.601.758.416	-0,45	2.684.834.605	-466,91
2002	60.438.653.035	3,69	47.242.654.199	-15,03	13.195.998.836	391,50
2003	73.203.222.075	21,12	48.325.566.630	2,29	24.877.655.445	88,52
2004	96.677.498.766	32,07	62.835.615.629	30,03	33.841.883.137	36,03
2005	118.529.184.899	22,60	73.600.375.672	17,13	44.928.809.227	32,76
2006	137.807.469.531	16,26	91.350.840.805	24,12	46.456.628.726	3,40
2007	160.649.072.830	16,58	120.617.446.250	32,04	40.031.626.580	-13,83
2008	197.942.442.909	23,21	172.984.767.614	43,42	24.957.675.295	-37,66
2009	152.994.742.805	-22,71	127.722.342.988	-26,17	25.272.399.817	1,26
2010	201.915.285.335	31,98	181.768.427.438	42,32	20.146.857.897	-20,28
2011	256.039.574.768	26,81	226.246.755.801	24,47	29.792.818.967	47,88
2012	242.578.013.546	-5,26	223.183.476.643	-1,35	19.394.536.903	-34,90
2013	242.033.574.720	-0,22	239.747.515.987	7,42	2.286.058.733	-88,21
2014	225.100.884.831	-7,00	229.154.462.583	-4,42	-4.053.577.752	-277,32
2015	191.134.324.584	-15,09	171.449.050.909	-25,18	19.685.273.675	-585,63
2016	185.235.400.805	-3,09	137.552.002.856	-19,77	47.683.397.949	142,23
JAN-OUT/2017	183.466.719.111	19,85	125.004.081.320	9,11	58.462.637.791	

FONTE: DIC/SECEX

INDICADORES

Rafael Polay Alcântara

**OFERTA E DEMANDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS BRASILEIROS
(Complexo soja e trigo) SAFRAS 2011/2017 (Mil toneladas)**

PRODUTO	SAFRA	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	SUPRIMENTO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	ESTOQUE FINAL
Algodão em pluma	2011/12	521,7	1.893,3	3,5	2.418,5	895,2	1.052,8	470,5
	2012/13	470,5	1.310,3	17,4	1.798,2	920,2	572,9	305,1
	2013/14	305,1	1.734,0	31,5	2.070,6	883,5	748,6	438,5
	2014/15	438,5	1.562,8	2,1	2.003,4	820,0	834,3	349,1
	2015/16	349,1	1.289,2	27,0	1.665,3	660,0	804,0	201,3
	2016/17	201,3	1.529,50	40,0	1.770,80	690,0	685	395,8
	2017/18	395,8	1.682,30	20,0	2.098,10	720,0	850,0	534,7
Arroz em casca	2011/12	2.569,5	11.599,5	1.068,0	15.237,0	11.656,5	1.455,2	2.125,3
	2012/13	2.125,3	11.819,7	965,5	14.910,5	12.617,7	1.210,7	1.082,1
	2013/14	1.082,1	12.121,6	807,2	14.010,9	11.954,3	1.188,4	868,2
	2014/15	868,2	12.448,6	503,3	13.820,1	11.495,1	1.362,1	962,9
	2015/16	962,9	10.603,0	1.187,4	12.753,3	11.428,8	893,7	430,8
	2016/17	430,8	12.327,80	1.000,00	13.758,60	11.500,00	800,0	1.458,60
	2017/18	1.458,60	11.805,00	1.000,00	14.170,0	12.000,00	1.000,00	1.170,0
Feijão	2011/12	686,4	2.918,4	312,3	3.917,1	3.500,0	43,3	373,8
	2012/13	373,8	2.806,3	304,4	3.484,5	3.320,0	35,3	129,2
	2013/14	129,2	3.453,7	135,9	3.718,8	3.350,0	65,0	303,8
	2014/15	303,8	3.210,2	156,7	3.670,7	3.350,0	122,6	198,1
	2015/16	198,1	2.512,9	325,0	3.036,0	2.800,0	50,0	186,0
	2016/17	186	3.399,50	150,0	3.735,50	3.350,00	120,0	265,5
	2017/18	265,5	3.268,1	150,0	3.683,6	3.350,0	120,0	213,6
Milho	2011/12	4.459,6	72.979,5	774,0	78.213,1	51.903,0	22.313,7	3.996,4
	2012/13	3.996,4	81.505,7	911,4	86.413,5	53.287,9	26.174,1	6.951,5
	2013/14	6.951,5	80.051,7	790,7	87.793,9	54.541,6	20.924,8	12.327,5
	2014/15	12.327,5	84.672,4	316,1	97.316,0	56.742,4	30.172,3	10.401,3
	2015/16	10.401,3	66.530,6	3.338,1	80.270,0	53.387,8	18.883,2	7.999,0
	2016/17	6.949,90	97.712,00	600	105.261,90	56.165,30	30.000,00	19.096,60
	2017/18	19.201,6	92.342,3	400,0	111.943,9	57.850,3	30.000,0	24.093,6
Soja em grãos	2011/12	3.020,4	66.383,0	266,5	69.669,9	36.754,0	32.468,0	447,9
	2012/13	447,9	81.499,4	282,8	82.230,1	38.694,3	42.791,9	744,0
	2013/14	744,0	86.120,8	578,7	87.443,5	40.200,0	45.692,0	1.551,5
	2014/15	1.551,5	96.228,0	324,1	98.103,6	42.850,0	54.324,2	929,4
	2015/16	929,4	95.434,6	400,0	96.764,0	43.700,0	51.587,8	1.476,2
	2016/17	1.476,20	114.075,30	300,0	115.851,50	47.281,00	65.000,00	3.570,50
	2017/18	3.570,5	107.539,0	400,0	111.509,4	46.781,0	64.000,0	728,4
Farelo de Soja	2011/12	3.177,8	26.026,0	5,0	29.208,8	14.051,1	14.289,0	868,7
	2012/13	868,7	27.258,0	3,9	28.130,6	14.350,0	13.333,5	447,1
	2013/14	447,1	28.336,0	1,0	28.784,1	14.799,3	13.716,0	268,8
	2014/15	268,8	30.492,2	1,0	30.762,0	15.100,0	14.826,7	835,3
	2015/16	835,3	30.954,0	0,8	31.790,1	15.500,0	14.443,8	1.846,3
	2016/17	1.844,80	33.110,00	1,0	34.955,80	17.000,00	14.600,00	3.355,80
	2017/18	3.355,8	32.725,0	1,0	36.081,8	17.500,0	15.000,0	3.581,8
Óleo de soja	2011/12	988,5	6.591,0	1,0	7.580,5	5.172,4	1.757,1	651,0
	2012/13	651,0	6.903,0	5,0	7.559,0	5.556,3	1.362,5	640,2
	2013/14	640,2	7.176,0	0,1	7.816,3	5.930,8	1.305,0	580,5
	2014/15	580,5	7.722,0	25,3	8.327,8	6.359,2	1.669,9	298,7
	2015/16	298,7	7.839,0	66,1	8.203,8	6.380,0	1.254,2	569,6
	2016/17	569,0	8.385,00	40,0	8.994,00	6.800,00	1.550,00	644
	2017/18	644,0	8.287,5	40,0	8.971,5	6.800,0	1.700,0	471,5
Trigo	2011	2.201,6	5.788,6	6.011,8	14.002,0	10.144,9	1.901,0	1.956,1
	2012	1.956,1	4.379,5	7.010,2	13.345,8	10.134,3	1.683,9	1.527,6
	2013	1.527,6	5.527,8	6.642,4	13.697,8	11.381,5	47,4	2.268,9

INDICADORES

Rafael Polay Alcântara

2014	2.268,9	5.971,1	5.328,8	13.568,8	10.713,7	1.680,5	1.174,6
2015	1.174,6	5.534,9	5.517,6	12.227,1	10.367,3	1.050,5	809,3
2016	809,3	6.726,80	7.088,50	14.624,60	11.517,70	576,8	2.530,10
2017	2.530,1	4.568,4	7.000,0	14.098,5	11.287,6	700,0	2.110,9

FONTE: CONAB – 2º Levantamento - Safra 2017/18 (disponível em:

www.conab.gov.br)

Notas: Estimativa em outubro 2017/ Estoque de Passagem - Algodão, Feijão e Soja: 31 de dezembro - Arroz 28 de fevereiro - Milho 31 de janeiro - Trigo 31 de julho.

PRODUÇÃO, ÁREA COLHIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA SOJA - BRASIL E MAIORES ESTADOS PRODUTORES – 1989-2018
(Mil toneladas e mil hectares)

Ano	Brasil			Maiores Estados Produtores								
	Produção	Área Colhida	Rendimento Médio	Mato Grosso		Paraná		Goiás		Mato Grosso do Sul		M
			(Kg/ha)	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área colhida	
1989/1990	20.101	11.551	1.740	2.901	1.503	4.572	2.286	1.411	941	1.934	1.209	
1990/1991	15.395	9.743	1.580	2.607	1.100	3.617	1.966	1.659	790	2.300	1.013	
1991/1992	19.419	9.582	2.027	3.485	1.452	3.415	1.798	1.804	820	1.929	970	
1992/1993	23.042	10.717	2.150	4.198	1.713	4.720	2.000	1.968	984	2.229	1.067	
1993/1994	25.059	11.502	2.179	4.970	1.996	5.328	2.110	2.387	1.090	2.440	1.109	
1994/1995	25.934	11.679	2.221	5.440	2.295	5.535	2.121	2.133	1.123	2.426	1.098	
1995/1996	23.190	10.663	2.175	4.687	1.905	6.241	2.312	2.046	909	2.046	845	
1996/1997	26.160	11.381	2.299	5.721	2.096	6.566	2.496	2.478	991	2.156	862	
1997/1998	31.370	13.158	2.384	7.150	2.600	7.191	2.820	3.372	1.338	2.282	1.087	
1998/1999	30.765	12.995	2.367	7.134	2.548	7.723	2.769	3.418	1.325	2.740	1.054	
1999/2000	32.890	13.623	2.414	8.801	2.905	7.130	2.833	4.073	1.455	2.501	1.107	
2000/2001	38.432	13.970	2.751	9.641	3.120	8.623	2.818	4.158	1.540	3.130	1.065	
2001/2002	42.230	16.386	2.577	11.733	3.853	9.502	3.291	5.420	1.902	3.279	1.192	
2002/2003	52.018	18.475	2.816	12.949	4.420	10.971	3.638	6.360	2.171	4.104	1.415	
2003/2004	49.793	21.376	2.329	15.009	5.241	10.037	3.936	6.147	2.572	3.325	1.797	
2004/2005	52.305	23.301	2.245	17.937	6.105	9.707	4.148	6.985	2.662	3.863	2.031	
2005/2006	55.027	22.749	2.419	16.700	6.197	9.646	3.983	6.534	2.542	4.445	1.950	
2006/2007	58.392	20.687	2.822	15.359	5.125	11.916	3.979	6.114	2.191	4.881	1.737	
2007/2008	60.018	21.313	2.816	17.848	5.675	11.896	3.977	6.544	2.180	4.569	1.731	
2008/2009	57.166	21.743	2.629	17.963	5.828	9.510	4.069	6.836	2.307	4.180	1.716	
2009/2010	68.688	23.468	2.927	18.767	6.225	14.079	4.485	7.343	2.550	5.308	1.712	
2013/2014	86.121	30.173	2.854	26.442	8.616	14.781	5.010	8.995	3.102	6.148	2.120	
2014/2015	96.228	32.093	2.998	28.018	8.934	17.210	5.225	8.625	3.325	7.178	2.301	
2015/2016	95.434	33.251	2.870	26.031	9.140	16.845	5.451	10.250	3.285	7.241	2.430	
2016/2017	114.075	33.909	3.364	30.513	9.322	19.586	5.250	10.819	3.278	8.576	2.522	
2017/2018	106.438	34.6120	3.075	29.451	9.602	17.912	5.454	10.270	3.360	7.893	2.623	

FONTE: CONAB – 2º Levantamento - Safra 2017/18 (disponível em: www.conab.gov.br)

Notas: Estimativa em novembro 2017.

TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB REAL PARA PAÍSES SELECIONADOS – 2003-2016

PAÍSES	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Mundo	3,44	5,06	4,50	4,93	4,85	2,20	-0,40	6,58	3,81	3,02	2,97	3,15	3,21	3,17
África do Sul	2,95	4,55	5,28	5,60	5,57	3,58	-1,68	2,85	2,51	2,54	2,83	1,72	1,19	0,05
Alemanha	-0,71	1,17	0,71	3,70	3,26	1,08	-5,62	4,08	3,66	0,49	0,49	1,60	1,72	1,87
Argentina	8,84	9,03	8,85	8,05	9,01	4,06	-5,92	10,13	6,00	-1,03	2,41	-2,51	2,65	-2,25
Bolívia	2,71	4,17	4,42	4,80	4,56	6,15	3,36	4,13	5,20	5,12	6,80	5,46	4,85	4,27
Brasil	1,15	5,71	3,16	3,96	6,09	5,17	-0,33	7,53	2,73	1,9	3,0	0,5	-3,8	-3,6
Canadá	1,80	3,09	3,20	2,62	2,06	1,00	-2,95	3,08	3,14	1,75	2,48	2,57	0,94	1,47
Chile	4,09	7,21	5,74	6,32	4,91	3,53	-1,56	5,84	6,11	5,32	4,05	1,91	2,25	1,59
China	3,06	8,70	7,39	7,03	6,46	2,13	-2,46	6,77	4,81	1,70	3,10	2,76	2,39	2,05
Colômbia	3,92	5,33	4,71	6,70	6,90	3,55	1,45	4,29
Coréia do Sul	2,93	4,90	3,92	5,18	5,46	2,83	0,71	6,50	3,68	2,29	2,90	3,34	2,79	2,83
Equador	2,72	8,21	5,29	4,40	2,19	6,36	0,57	3,53	7,87	5,64	4,55	3,67	0,29	...
Estados Unidos	2,81	3,79	3,35	2,67	1,78	-0,29	-2,78	2,53	1,60	2,22	1,68	2,37	2,60	1,62
França	0,82	2,79	1,61	2,37	2,36	0,20	-2,94	1,97	2,08	0,18	0,58	0,95	1,07	1,19
Índia	8,06	6,97	9,48	9,57	9,32	6,72	8,59	9,32	6,29	5,45	6,20	6,94	7,83	6,67
Indonésia	4,78	5,03	5,69	5,50	6,35	6,01	4,63	6,22	6,17	6,03	5,56	5,01	4,88	5,02
Itália	0,15	1,58	0,95	2,01	1,47	-1,05	-5,48	1,69	0,58	-2,82	-1,73	0,11	0,78	0,88
Japão	1,53	2,20	1,66	1,45	1,64	-1,10	-5,42	4,22	-0,09	1,50	2,02	0,24	1,11	1,01
México	1,99	4,21	3,08	4,98	3,22	1,38	-4,74	5,20	3,92	4,04	1,41	2,25	2,61	2,36
Paraguai	4,32	4,06	2,13	4,81	5,42	6,36	-3,97	13,09	4,34	-1,24	14,04	4,72	2,96	3,95
Peru	3,96	5,56	6,29	7,53	8,52	9,13	1,10	8,33	6,33	6,14	5,85	2,35	3,25	3,88
Reino Unido	3,34	2,49	3,00	2,66	2,59	-0,47	-4,19	4,42	1,51	1,31	1,91	3,07	2,19	1,81
Rússia	7,35	7,18	6,38	8,15	8,54	5,25	-7,82	4,50	4,29	3,44	1,29	0,63
Tailândia	7,03	6,17	4,46	5,57	4,93	2,46	-2,25	7,51	0,84	7,17	2,70	0,82	2,82	3,56
Uruguai	0,81	5,00	7,46	4,10	6,54	7,18	4,24	7,80	5,16	3,54	4,64	3,24	0,37	1,45
Venezuela	-7,76	18,29	10,32	9,87	8,75	5,28	-3,20	-1,49	4,18	5,63	1,34	-3,89	-6,22	...

FONTES: Fundo Monetário Internacional, *International Financial Statistics*

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

TAXA DE INFLAÇÃO ANUAL MÉDIA PARA PAÍSES SELECIONADOS (PREÇOS AO CONSUMIDOR) 2003-2016

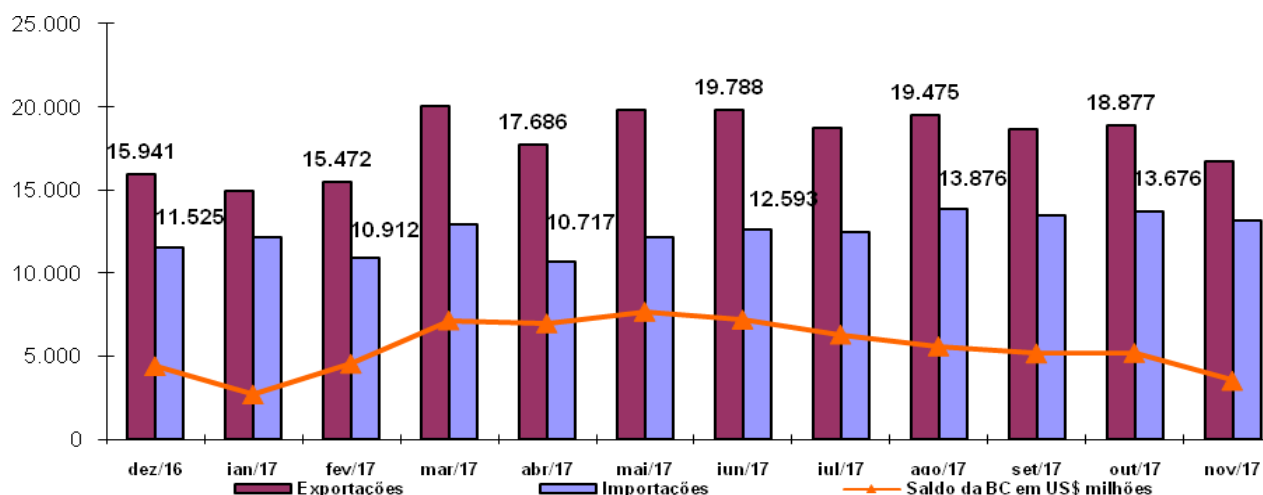
PAÍSES	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Mundo	3,50	3,63	3,80	3,60	3,73	5,78	2,40	3,62	4,79	3,82	3,64	3,24	2,77	3,04
África do Sul	5,86	1,39	3,40	4,64	7,10	11,54	7,13	4,26	5,00	5,65	5,75	6,07	4,59	6,33
Alemanha	1,03	1,67	1,55	1,58	2,30	2,63	0,31	1,10	2,08	2,01	1,50	0,91	0,23	0,48
Argentina	13,44	4,42	9,64	10,90	8,83	8,58	6,28	10,78	9,47	10,03	10,62
Bolívia	3,34	4,44	5,39	4,29	8,71	14,00	3,35	2,50	9,81	4,59	5,72	5,78	4,06	3,63
Brasil	14,72	6,60	6,87	4,18	3,64	5,66	4,89	5,04	6,64	5,40	6,20	6,33	9,03	8,74
Canadá	2,76	1,86	2,21	2,00	2,14	2,37	0,30	1,78	2,91	1,52	0,94	1,91	1,13	1,43
Chile	2,81	1,05	3,05	3,39	4,41	8,72	0,07	1,41	3,34	3,01	1,79	4,40	4,35	3,79
China	-2,67	-0,27	0,83	2,05	2,01	4,33	0,63	2,25	5,26	4,07	4,35	4,49	2,97	2,39
Colômbia	7,13	5,90	5,05	4,30	5,54	7,00	4,20	2,28	3,41	3,18	2,02	2,88	5,01	7,52
Coréia do Sul	3,51	3,59	2,75	2,24	2,53	4,67	2,76	2,94	4,03	2,19	1,30	1,27	0,71	0,97
Equador	7,93	2,74	2,41	3,03	2,28	8,40	5,16	3,56	4,47	5,10	2,74	3,57	3,97	1,72
Estados Unidos	2,27	2,68	3,39	3,23	2,85	3,84	-0,36	1,64	3,16	2,07	1,46	1,62	0,12	1,26
França	2,11	2,13	1,74	1,68	1,49	2,81	0,09	1,53	2,12	1,96	0,86	0,51	0,04	0,18
Índia	3,81	3,77	4,25	6,15	6,37	8,35	10,88	11,99	8,86	9,31	10,91	6,65	4,91	4,94
Indonésia	6,59	6,24	10,45	13,11	6,41	9,78	4,81	5,13	5,36	4,28	6,41	6,39	6,36	3,53
Itália	2,68	2,22	2,00	2,07	1,82	3,38	0,75	1,54	2,74	3,04	1,22	0,24	0,04	-0,12
Japão	-0,26	-0,01	-0,28	0,25	0,06	1,38	-1,35	-0,72	-0,27	-0,05	0,35	2,76	0,79	-0,12
México	4,55	4,69	3,99	3,63	3,97	5,12	5,30	4,16	3,41	4,11	3,81	4,02	2,72	2,82
Paraguai	14,24	4,32	6,81	9,59	8,13	10,15	2,59	4,65	8,25	3,68	2,68	5,03	3,13	4,09
Peru	2,26	3,66	1,62	2,00	1,78	5,79	2,94	1,53	3,37	3,65	2,82	3,23	3,56	3,60
Reino Unido	2,27	1,34	2,05	2,33	2,32	3,61	2,17	3,29	4,48	2,82	2,55	1,46	0,05	0,64
Rússia	13,68	10,86	12,68	9,69	8,99	14,11	11,66	6,85	8,44	5,09	6,74	7,83	15,53	7,05
Tailândia	1,80	2,76	4,54	4,64	2,24	5,47	-0,85	3,25	3,81	3,02	2,18	1,90	-0,90	0,19
Uruguai	19,38	9,16	4,70	6,40	8,11	7,86	7,10	6,68	8,09	8,10	8,58	8,88	8,67	9,64
Venezuela	31,09	21,75	15,95	13,66	18,70	31,44	27,08	28,19	26,09	21,07	40,64	62,17	121,74	254,95

FONTE: Fundo Monetário Internacional, *International Financial Statistics*

Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

Comércio Internacional.**Balança Comercial Mensal (Novembro/2017) – MDIC****Fato**

Em novembro, a *Balança Comercial* fechou com *superávit* de US\$ 3,55 bilhões resultado de *exportações* de US\$ 16,69 bilhões e *importações* de US\$ 13,14 bilhões. A *corrente do comércio* atingiu US\$ 29,83 bilhões, no mês e US\$ 338,30 bilhões no ano. O *superávit comercial* acumulado no ano é de US\$ 62,01 bilhões.



Fonte: MDIC

Causa

Utilizando o critério da média diária, com relação ao mesmo mês do ano anterior, as *exportações* apresentaram crescimento de 2,9%, e as *importações* de 14,7%. Pelo mesmo critério, na comparação com outubro de 2017, houve retração de 7,2% nas *exportações* e crescimento de 0,9% nas *importações*. No acumulado no ano, as *exportações* tiveram avanço de 18,2% sobre igual período de 2016 e as *importações*, 9,6%.

Em novembro de 2017, na comparação com igual mês do ano anterior houve avanço nas *exportações de básicos*, 26,5% e *semimanufaturados* 3,1%, por outro lado ocorreu queda nas *exportações de produtos manufaturados*, 14,2%. Em termos de países, os cinco principais compradores foram: China, Estados Unidos, Argentina, Países Baixos e Índia. Pelo mesmo critério de comparação, houve expansão de 69,2% nas *importações de combustíveis e lubrificantes*, 20,0% nos *bens de consumo*, 10,8% nos *bens de capital* e 6,7% nos *bens intermediários*. Os cinco principais fornecedores para o Brasil foram: China, Estados Unidos, Argentina, Alemanha e México.

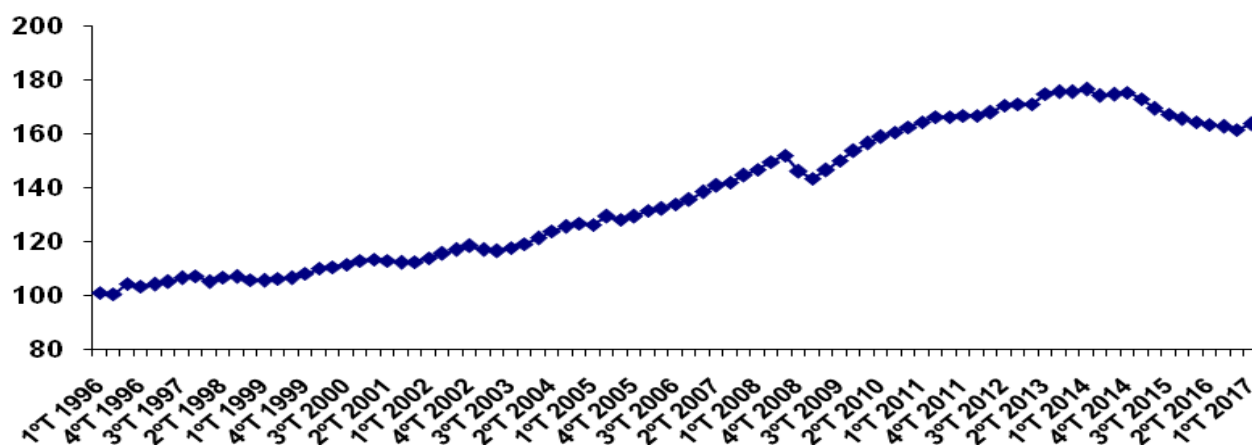
Conseqüências

Tanto as *exportações* como das *importações* seguem apresentando resultados superiores aos do ano anterior. O *saldo comercial* do ano deverá ser superior à US\$ 65 bilhões.

Atividade**PIB – Indicadores de Volume e Valores Correntes (3º Trimestre 2017) - IBGE.****Fato**

O *Produto Interno Bruto - PIB a preços de mercado* cresceu 0,1% no terceiro trimestre de 2017, frente ao segundo trimestre, chegando a R\$ 1,64 trilhão. Com relação ao terceiro trimestre de 2016, houve avanço de 1,4%, no acumulado dos últimos quatro trimestres, frente aos quatro trimestres imediatamente anteriores a queda foi de 0,2%.

PIB pm - Volume Trim. (1995=100)



Fonte: IBGE - Índice Série encadeada do índice de volume trimestral com ajuste sazonal (Base: média 1995 = 100) (Número índice)

Causa

Dentre os componentes da *oferta*, no terceiro trimestre, frente ao trimestre imediatamente anterior, a *Indústria* teve variação positiva de 0,8% e os *Serviços* 0,6%. A *Agropecuária* teve queda de 3,0%. Nas *Atividades Industriais* tiveram destaque a *indústria de transformação e extrativas*. Nos *Serviços* os maiores crescimentos foram no *comércio* e nas *atividades imobiliárias*.

No confronto com o terceiro trimestre de 2016, a *Agropecuária* apresentou crescimento de 9,1%, entre os produtos que registraram desempenho favorável destacaram-se: *milho, algodão herbáceo e laranja*. Por outro lado, *cana de açúcar, café e mandioca* tiveram variações negativas. A *Indústria* avançou 0,4%, influenciada principalmente pela produção de *alimentos, veículos automotivos, equipamentos de informática, equipamentos eletrônicos e ópticos, móveis e indústrias diversas, e máquinas e equipamentos*. O setor de *Serviços* registrou crescimento de 1,0%, no qual tiveram maior evidência *comércio, atividades imobiliárias e transportes*.

Conseqüências

O resultado do *PIB* do terceiro trimestre reflete a lenta recuperação da atividade econômica, não existindo expectativas de expansão mais intensa no quarto trimestre.

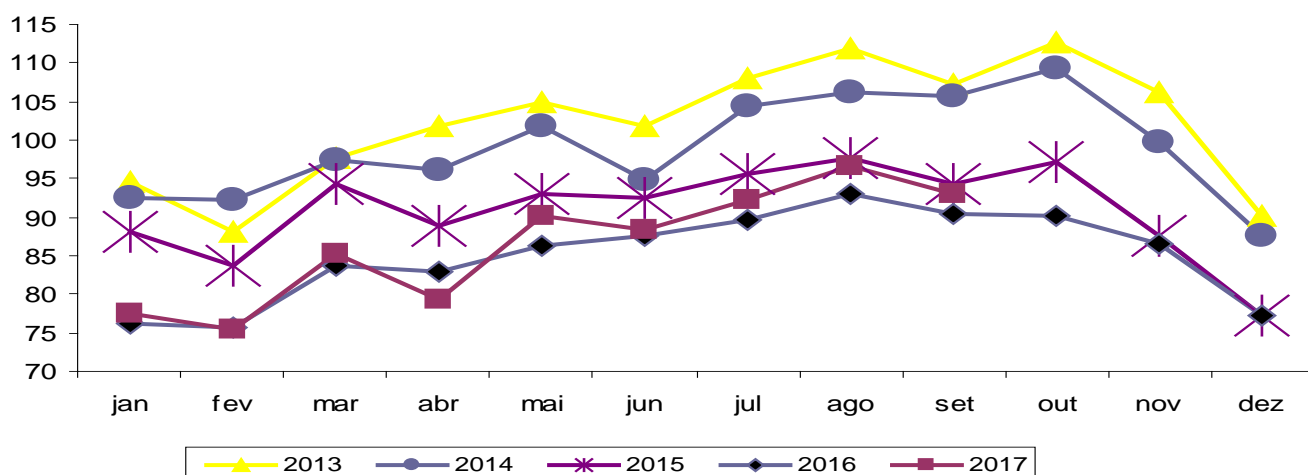
Atividade

Pesquisa Industrial Mensal Produção Física – Brasil (Setembro/2017)

Fato

Em setembro, a *Produção Industrial* cresceu 0,2% frente a agosto, após recuar 0,7% em agosto frente a julho. Na comparação com setembro de 2016, o crescimento foi de 2,6%, após registrar quatro meses negativos consecutivos. Considerando o acumulado em doze meses, houve crescimento de 0,4%, e no acumulado do ano 1,6%.

Produção Industrial BRASIL



Fonte: IBGE

Causa

Frente ao mês imediatamente anterior, considerando a classificação por *categorias de uso* o maior avanço foi na produção de *bens de consumo duráveis*, 2,1%, registrando crescimento pelo terceiro mês consecutivo, período que acumulou ganho de 9,6%. O seguimento de *bens intermediário* cresceu 0,7%. Os recuos ocorreram em *bens de consumo semiduráveis e não duráveis* 1,8% e *bens de capital*, 0,3%.

Na comparação com setembro de 2016, entre as *categorias de uso*, os maiores avanços foram em *bens de duráveis*, 16,2% e em *bens de capital*, 5,7%. O primeiro segmento foi influenciado, em sentido ascendente, principalmente por *fabricação de automóveis e eletrodomésticos*. O segmento de *bens de capital* foi particularmente influenciado pela maior fabricação de *produtos associados às atividades de veículos automotores, reboques e carrocerias e indústrias extrativas*. A produção de *bens intermediários* e a de *bens de consumo semiduráveis e não duráveis* tiveram expansão de 1,9% e 0,1%, respectivamente.

No resultado acumulado do ano, o maior dinamismo foi registrado em *bens de consumo duráveis*, 11,7%, seguido por *bens de capital*, 4,5%, pressionados, respectivamente pela maior produção *automóveis e eletrodomésticos*, na primeira, e *bens de capital para equipamentos de transporte e para uso misto*, na segunda. A produção de *bens intermediários* avançou 0,7% e a de *bens de consumo semiduráveis e não duráveis* 0,3%.

Conseqüência

Apesar do breve avanço frente ao mês imediatamente anterior, a *atividade industrial* segue em patamar baixo. Para os próximos meses, decorrente de *fatores sazonais*, a *Produção Industrial* não deverá apresentar variações muito intensas.

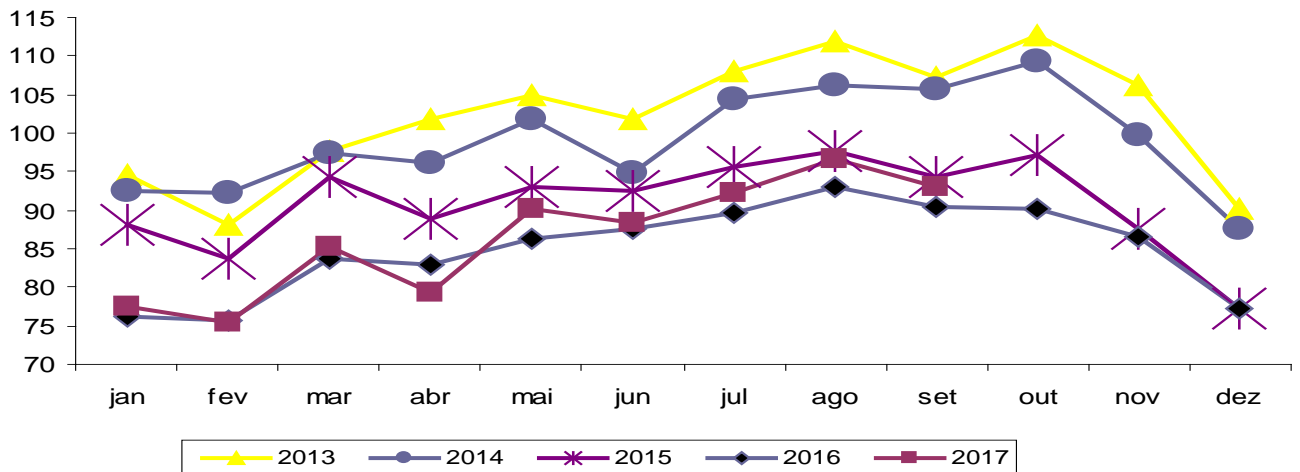
Atividade

Pesquisa Industrial - Regional – Brasil (Setembro/2017) - IBGE

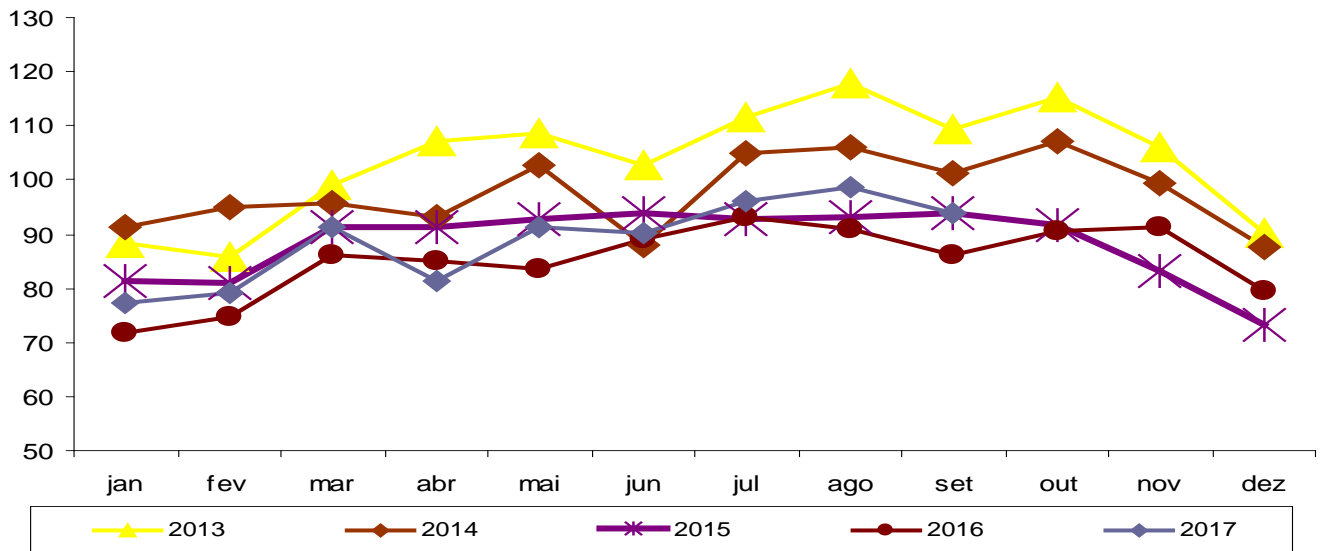
Fato

Entre agosto e setembro de 2017, a *produção industrial* avançou em seis dos quatorze locais pesquisados e na comparação com setembro de 2016, dez das quinze regiões pesquisadas registraram variação positiva. No **Paraná** a *produção industrial* cresceu 0,2% frente ao mês anterior, após recuar 0,6% em agosto. Na comparação com setembro de 2016 o avanço foi de 8,9%. No ano o crescimento foi de 5,1% e em doze meses 4,6%.

Produção Industrial BRASIL



Produção Industrial PARANÁ



Fonte: IBGE - Índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal (Base: média de 2002 = 100)

Causa

Na comparação com o mês anterior os locais que registraram os maiores avanços foram: Rio de Janeiro, Goiás, Pará, São Paulo, **Paraná** e Santa Catarina. Por outro lado os recuos mais intensos foram no Espírito Santo, Pernambuco e Região Nordeste. Na comparação com setembro de 2016, os destaques positivos foram: Pará, Rio de Janeiro, **Paraná**, Goiás, Amazonas e São Paulo. Os maiores recuos ocorreram no Rio Grande do Sul e Pernambuco.

No **Estado do Paraná**, na comparação com o mesmo mês no ano anterior, ocorreu das treze atividades pesquisadas nove registraram avanço. O maior impacto positivo veio de *veículos automotores, reboques e carrocerias*, impulsionado, especialmente, pela maior produção de *automóveis e caminhão trator para reboques e semirreboques*. Outros impactos positivos relevantes vieram de *coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis* e de *produtos minerais não-metálicos*. Em sentido oposto o setor de *outros produtos químicos* exerceu a influência negativa mais importante.

Consequência

Apesar da elevação na comparação com o mês anterior, de forma similar ao que ocorre no cenário nacional a *indústria paranaense* segue apresentando lenta recuperação. Os próximos meses devem apresentar algum recuo condicionado principalmente por *questões sazonais*.

Atividade

PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Trimestre --ago-set-out de 2017) – IBGE

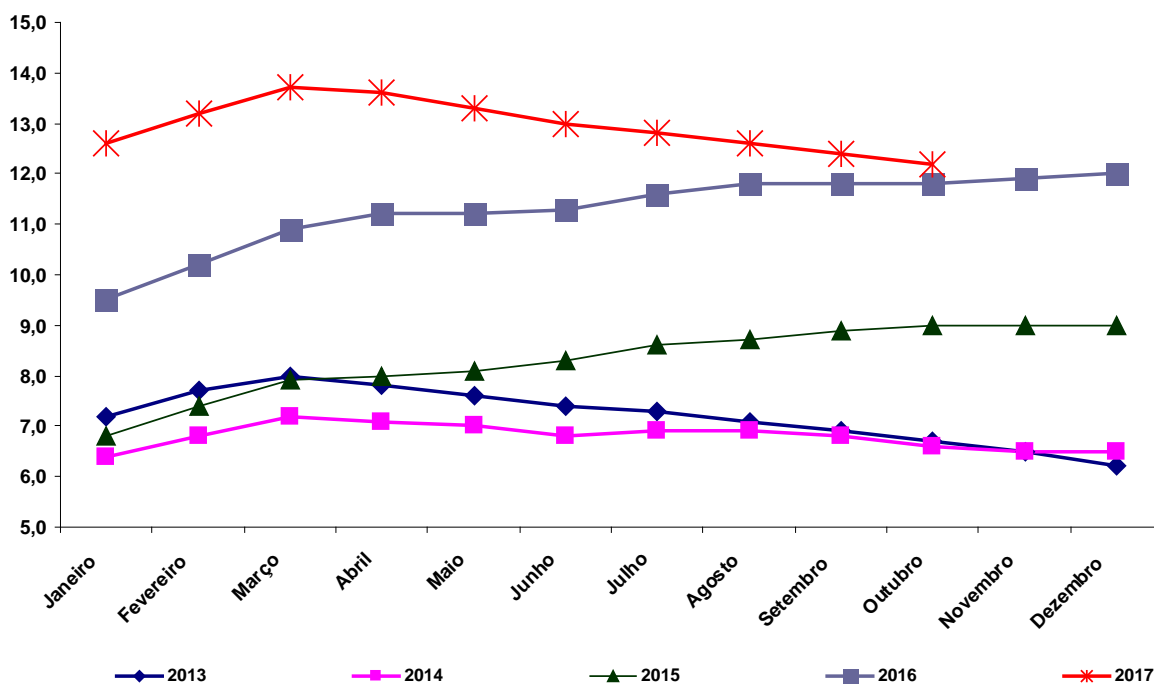
Fato

A *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio* apontou, para o trimestre encerrado em outubro de 2017, taxa de desocupação de 12,2%, com recuo de 0,6 p.p. frente ao trimestre encerrado em julho de 2017 e expansão de 0,4 p.p. na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior.

O rendimento médio real habitualmente recebido foi de R\$ 2.127 com aumento de 0,4% frente ao trimestre encerrado em julho de 2017 e de 2,5% na comparação com o trimestre encerrado em outubro de 2016.

Causa

No trimestre havia 12,7 milhões de *pessoas desocupadas*, com queda de 4,4% frente ao trimestre imediatamente anterior e aumento 5,8% na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. O número de *pessoas ocupadas* foi estimado em 91,5 milhões, com aumento de 1,0% na comparação com o trimestre de maio a julho e de 1,8% frente à igual trimestre de 2016.



Consequência

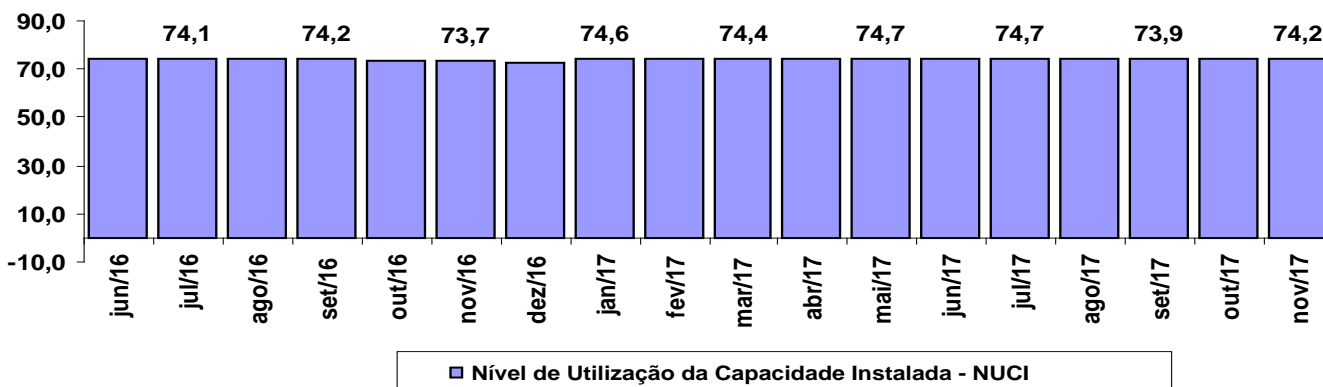
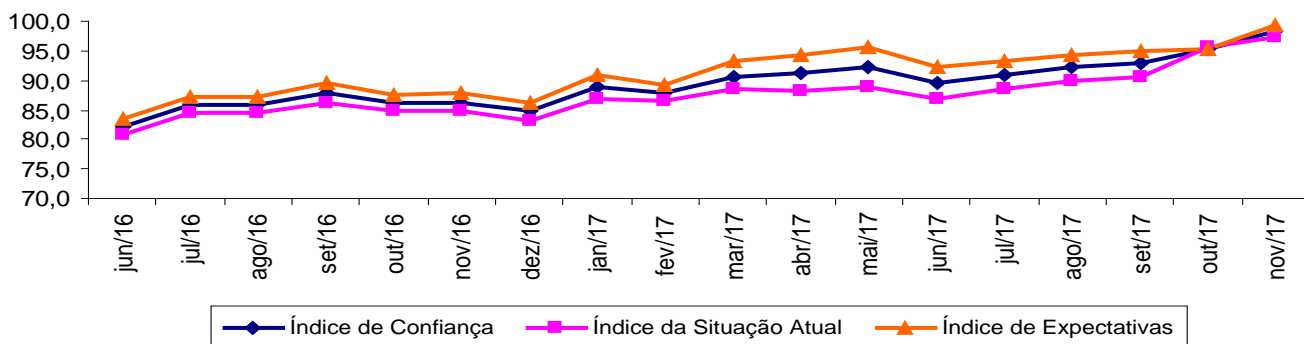
O *desemprego* segue em recuo, embora ainda esteja em patamar elevado. A lenta retomada do emprego acompanha o ritmo de recuperação da atividade econômica.

Atividade

Sondagem da Indústria (Novembro/2017) – FGV

Fato

Na passagem de outubro para novembro, o *Índice de Confiança da Indústria*, avançou 2,9 pontos atingindo 98,3 pontos, o maior nível desde janeiro de 2014. Com relação ao mês anterior o *Índice da Situação Atual*, teve aumento 1,7 ponto de 95,5 para 97,2 pontos. O *Índice de Expectativas* avançou 4,2 pontos chegando a 99,4 pontos. A *utilização da capacidade instalada* diminuiu 0,1 p.p. chegando a 74,2%.



Fonte: FGV

Causa

No índice pertinente a *situação atual* – ISA, o percentual de empresas avaliando o *nível de estoque* como *excessivo* caiu de 11,3% para 8,7% e a parcela de empresas que consideram o *nível de estoques* como *insuficiente* caiu menos de 4,1% para 4,0%.

No que tange ao *Índice das Expectativas* - IE, a *evolução do total de pessoal ocupado os três meses seguintes* exerceu a maior contribuição para a melhora, com queda de 3,4 p. p., para 12,3% na parcela de empresas prevendo *redução do total de pessoal ocupado* e avanço de 4,4 pontos para 19,7% no percentual de empresas que prevêm *ampliação do quando de pessoal*.

Conseqüências

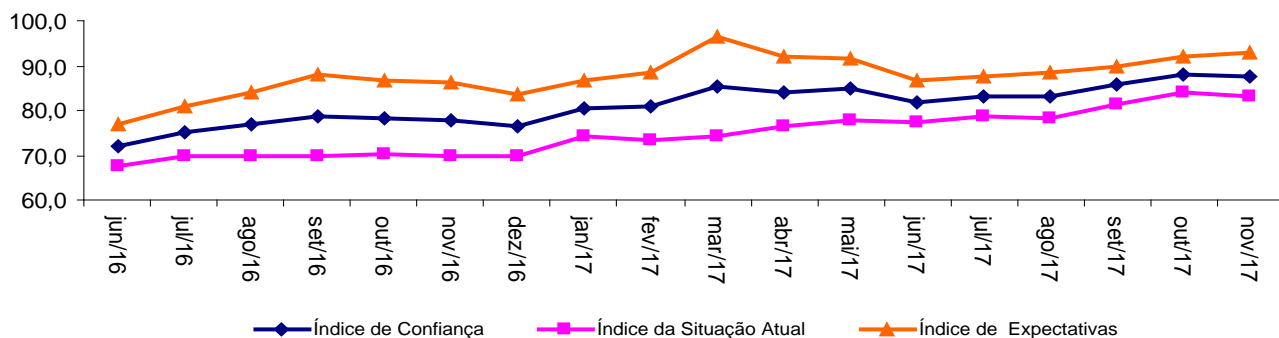
O indicador segue apresentando recuperação nos últimos meses, tendência que deve ser mantida, podendo ocorrer alguma sazonalidade negativa em dezembro e janeiro.

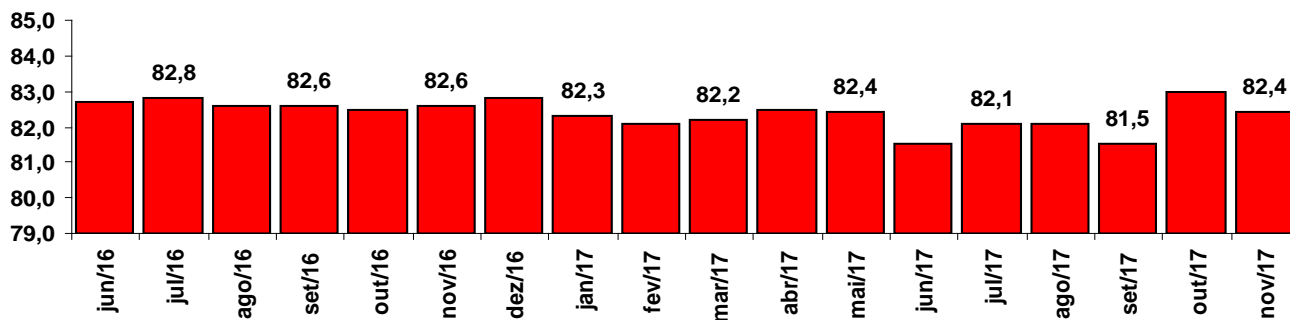
Atividade

Sondagem de Serviços (Novembro/2017) – FGV

Fato

O *Índice de Confiança de Serviços* – ICS, após quatro meses consecutivos de alta, houve recuo de 0,1 ponto em novembro, passando de 87,8 para 87,7 pontos. O *Índice da Situação Atual* – ISA diminuiu 0,8 ponto, chegando a 83,0 pontos. O *Índice de Expectativas* - IE avançou 0,7 pontos atingindo 92,7 pontos.





■ Nível de Utilização da Capacidade Instalada - NUCI

Fonte: FGV

Causa

No *ISA*, o indicador que avalia a *situação atual dos negócios* foi a que mais contribuiu para a piora, com queda de 1,2 ponto, chegando a 71,0 pontos. Nas *expectativas*, houve elevação de 2,5 pontos no indicador que mede a *demandada prevista*, atingindo o nível de 90,4 pontos.

Consequência

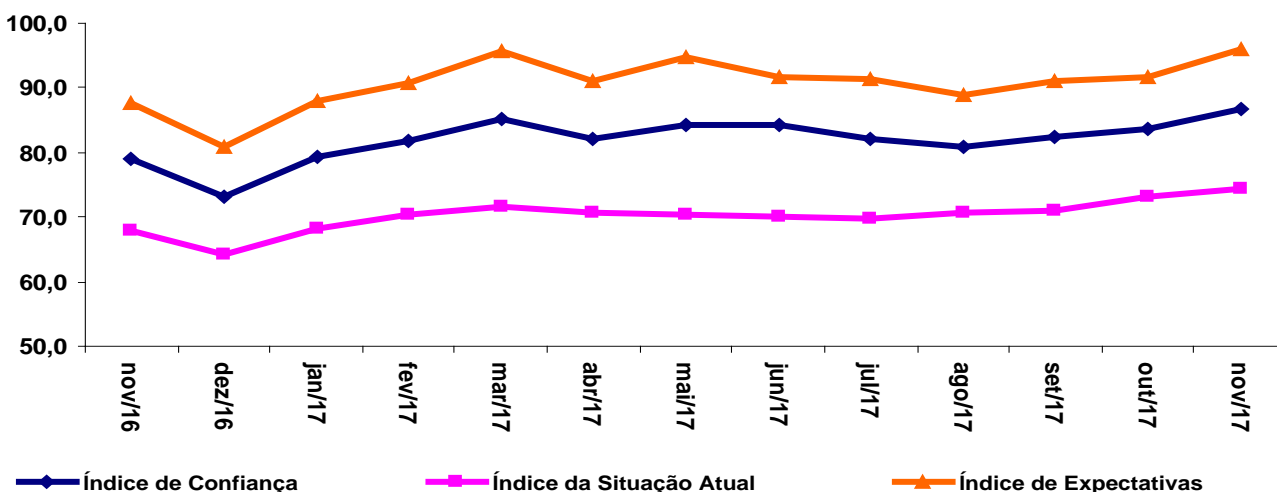
Apesar do breve recuo ocorrido no mês, as expectativas para o setor apontam para a continuidade no gradual ritmo de recuperação, que deve ganhar alguma intensidade nos próximos meses.

Atividade

ICC – Índice de Confiança do Consumidor (Novembro/2017) – FGV

Fato

Entre os meses de outubro e novembro, o *ICC* cresceu 3,1 pontos, passando de 83,7 para 86,8 pontos, o maior nível desde outubro de 2014. O índice da *Situação Atual* cresceu 1,3 ponto passando de 73,2 para 74,5 pontos. O *Índice das Expectativas* ficou 4,2 pontos menor, atingindo 96,0 pontos.



Fonte: FGV

Causa

O indicador que mede a *satisfação dos consumidores no momento* subiu 1,9 pontos, para 69 pontos. Com relação ao futuro, o indicador que mede o otimismo em relação às *finanças familiares* teve alta de 1,0 ponto, para 93,0 pontos, o maior desde outubro de 2014.

Consequência

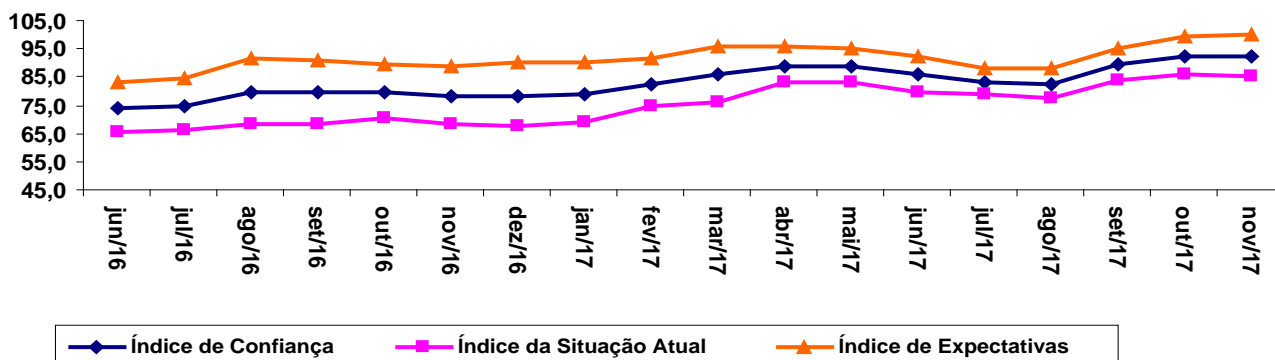
O indicador segue em tendência de recuperação, decorrente da queda da inflação e da taxa de juros e de melhores perspectivas para o emprego.

Atividade

ICom - Sondagem do Comércio (Novembro/2017) – FGV

Fato

O Índice de Confiança do Comércio - **ICom** recuou 0,1 ponto em novembro, ao passar de 92,5 para 92,4 pontos. O Índice de Situação Atual - **ISA** caiu 0,8 ponto atingindo 85,4 pontos, e o Índice de Expectativas - **IE** avançou 0,7 ponto, chegando a 99,9 pontos.



Fonte: FGV Trimestre findo em

Causa

A breve queda ocorrida no mês aconteceu em 8 dos 13 segmentos pesquisados e mesmo com o recuo, o **ICOM** sustenta crescimento no ano. Entre janeiro e novembro de 2017, o índice subiu 13,5 pontos, enquanto no ano passado a alta havia sido de 9,7 pontos, no mesmo período.

Consequência

A queda no mês ocorreu após dois meses de forte aceleração, apresentando assim alguma acomodação, pontuando o ritmo gradual de recuperação da atividade econômica.

Atividade

Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (Outubro/2017) – IBGE

Previsão da Safra de Grãos

Fato

Em outubro, a estimativa da safra nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas, estimou uma para 2017 uma produção de 241,6 milhões de toneladas, 30,0% superior à safra de 2016 e 0,2% inferior a previsão de setembro. A área a ser colhida, 61,2 milhões de hectares, está 7,2% acima da registrada no ano passado. O primeiro prognóstico da safra para 2018 aponta recuo de 8,9%, frente a produção de 2017.

Causa

Com relação à produção de 2017, as três principais culturas, arroz, milho e soja, que juntos representam 93,8% do total da produção nacional, tiveram variações positivas de 19,4% para a soja, 16,0% para o arroz e 54,9% para o milho.

O levantamento sistemático da produção agrícola registrou variação positiva, em relação ao ano anterior, para dezesseis dos vinte e seis produtos analisados: algodão herbáceo em caroço, amendoim em casca 1ª safra, arroz em casca, batata-inglesa 1ª, 2ª e 3ª safras, café em grão – canephora, cebola, feijão em grão 1ª e 2ª safras, laranja, milho em grão 1ª e 2ª safras, soja em grão e sorgo em grão e triticale em grão.

Em sentido contrário, deverão apresentar redução na quantidade produzida: amendoim em casca 2ª safra, aveia em grão, cacau em amêndoa, café em grão-arábica, cana-de-açúcar, cevada em grão, feijão em grão 3ª safra, mamona em baga, mandioca, e trigo em grão

Regionalmente, a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas está assim distribuída: Sul, 73,4 milhões de toneladas, Centro-Oeste, 75,1 milhões, Sudeste, 20,6 milhões, Nordeste, 9,7 milhões e Norte, 7,0 milhões. Em 2017 o Mato Grosso lidera como maior produtor nacional de grãos, com participação de 26,2%, seguido pelo Paraná com participação de 17,2%.

Consequência

Ao longo do ano o *prognóstico da produção agrícola* vem apresentando avanços e deverá surpreender positivamente. Para 2018 o prognóstico aponta para 220,2 milhões de toneladas.

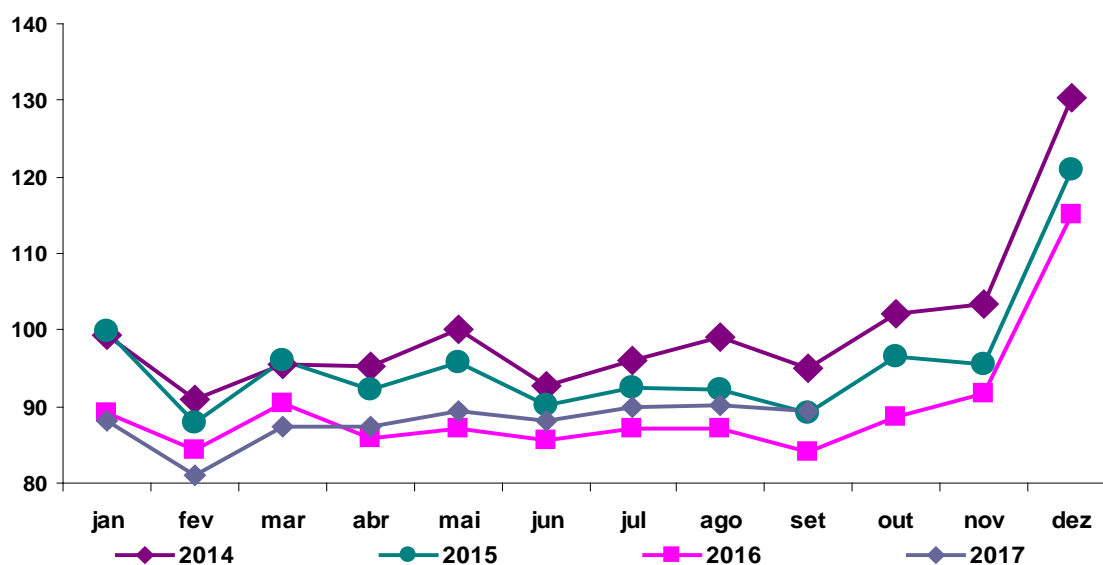
Atividade

Pesquisa Mensal do Comércio (Setembro/2017) – IBGE

Fato

No mês de setembro, o *volume de vendas do comércio varejista*, com *ajuste sazonal*, cresceu 0,5% em relação a agosto. Nesta análise a *receita nominal* avançou 1,1%. Nas demais comparações, sem ajustamento, as taxas para o *volume de vendas* foram de 6,4% sobre setembro de 2016, 1,3% no acumulado do ano e de negativos 0,6% no acumulado dos últimos doze meses. A *receita nominal* obteve taxas de 4,5% com relação à igual mês de 2016, 2,0% no acumulado no ano e 2,2% no acumulado em doze meses.

Considerando o *comércio varejista ampliado* as variações no *volume de vendas* foram: de 1,0% frente ao mês anterior, 9,3% na comparação com o mesmo mês do ano anterior, 2,7% no acumulado em 2017 e negativo 0,1% no acumulado em doze meses. A *receita nominal* cresceu 1,3% relativamente a agosto de 2017, 7,0% frente a setembro de 2016, 2,8% no acumulado no ano e 1,8% em doze meses.



Fonte: IBGE

Índices de volume e de receita nominal de vendas no comércio varejista por tipos de índice (2003 = 100)

Causa

No confronto com agosto de 2017, cinco das oito atividades tiveram variações positivas no *volume de vendas*, conforme segue: *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, 1,0%, *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos*, 4,3%, *Outros artigos de uso pessoal e doméstico*, 2,9%, *Tecidos, vestuário e calçados*, 0,2% e *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação*, 0,9%. Por outro lado registraram queda: *Combustíveis e lubrificantes*, 0,7%, *Livros, jornais, revistas e papelaria*, 3,4% e *Móveis e eletrodomésticos*, 0,7%. Considerando o *comércio varejista ampliado* *Veículos, motos, partes e peças*, registrou recuo de 0,4% e *Material de Construção* expansão de 0,5%.

Frente ao mesmo mês do ano anterior, também cinco das oito atividades do varejo tiveram crescimento, *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, 6,0%, *Móveis e eletrodomésticos*, 16,6%, *Outros artigos de uso pessoal e doméstico*, 10,8%, *Tecidos, vestuário e calçados*, 11,7% e *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos*, 8,3%. Apresentaram queda: *Combustíveis e lubrificantes*, 4,1%, *Livros, jornais, revistas e papelaria*, 6,4% e *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação*, 3,0%. No o *comércio varejista ampliado*, *Veículos, motos, partes e peças* teve crescimento de 10,8% e *Material de Construção*, 15,5%.

Consequência

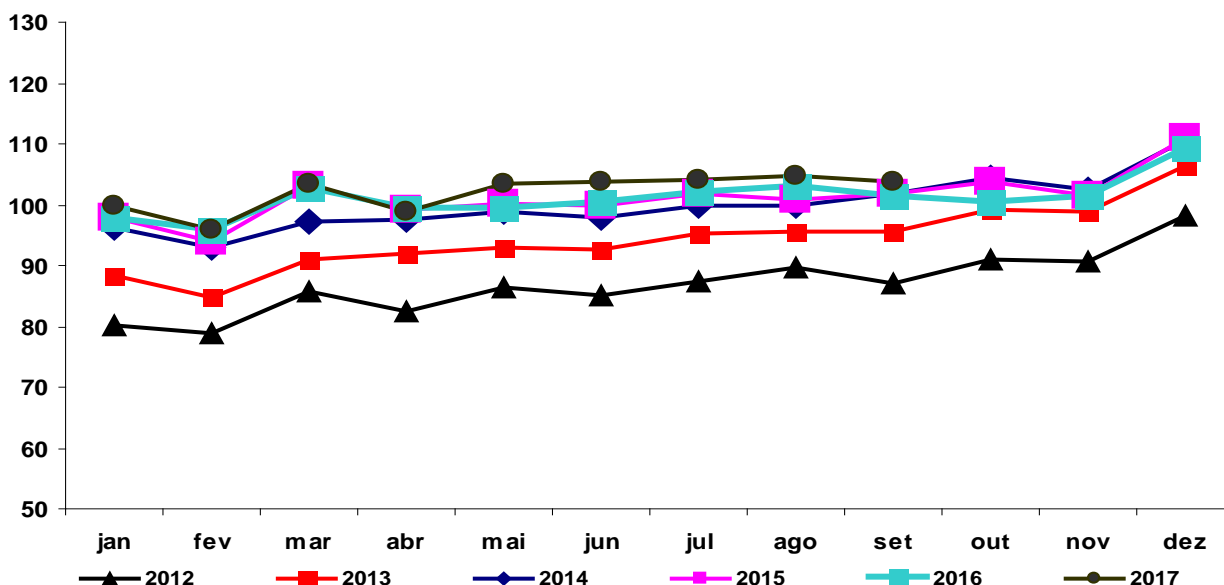
O *comércio varejista* segue em lenta recuperação, decorrente principalmente do *crescimento da massa de rendimento real habitualmente recebida* e da *menor inflação*. Para os próximos meses, com as *festas de final de ano* e do *dia das crianças* em outubro, pode ocorrer crescimento mais intenso.

Atividade

Pesquisa Mensal de Serviços (Setembro/2017) – IBGE

Fato

No mês de setembro frente a agosto, o *volume de serviços* recuou 0,3%, na comparação com o mesmo mês do ano anterior a queda foi de 3,2%, mantendo a seqüência de taxas negativas, desde abril de 2015. No ano o recuo foi de 3,7% e em doze meses 4,3%. A *receita nominal dos serviços*, frente ao mês anterior avançou 0,2% e na comparação com igual mês do ano anterior, o crescimento foi de 2,3%. Em doze meses a variação foi positiva de 0,9% e no ano 1,7%.



Fonte: IBGE

Índices de volume e de receita nominal de vendas no comércio varejista por tipos de índice (2003 = 100)

Causa

No confronto com setembro de 2016, as quedas no *volume de serviços*, por ordem de variação foram: *Outros Serviços*, 4,9%, *Serviços Profissionais, Administrativos e Complementares*, 6,4%, e *Serviços de Informação e Comunicação*, 5,7%. Por outro lado, *Transportes, Serviços Auxiliares, dos Transportes e Correio*, 3,4% e *Serviços Prestados às Famílias*, 4,6% registraram crescimento. As *Atividades Turísticas* tiveram queda de 6,8%.

Conseqüência

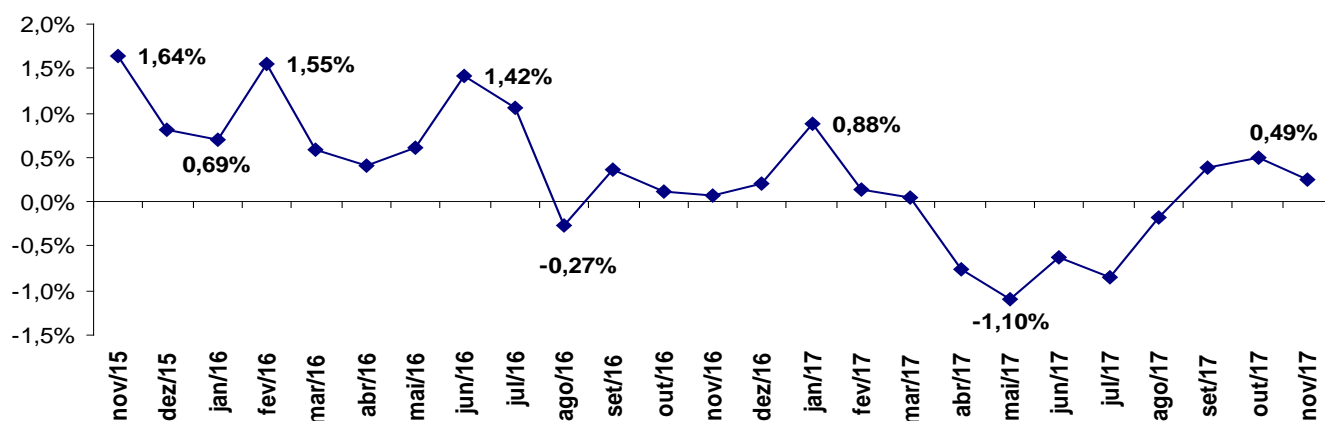
O desempenho do *setor de serviços* tem sido condicionado principalmente pela demora na retomada do crescimento econômico de forma mais intensa.

Inflação

IGP-10 (Novembro/2017) – FGV

Fato

O IGP-10 registrou variação 0,24% em novembro, recuando 0,25 p.p. com relação a outubro. No acumulado em doze meses à variação é de negativos 1,11%, e no ano negativos 1,31%.



Fonte: FGV

Causa

No mês de novembro, dentre os componentes do **IGP**, o **IPA**, diminuiu 0,46 p.p., apresentando variação de 0,21%. Neste, a maior desaceleração foi proveniente das *Matérias-Primas Brutas*, com variação negativa de 1,44%, 1,61 p.p. menor do que a variação de outubro, com destaque para *minério de ferro, bovinos e milho*. Os *Bens Intermediários* tiveram variação 0,06 p.p. menor do que no mês anterior, chegando a 1,33%, com a principal contribuição de *combustíveis e lubrificantes para a produção*. Por outro lado os *Bens Finais* tiveram avanço de 0,04 p.p., com destaque para *alimentos processados*. O **IPC** teve avanço de 0,14 p.p., com o grupo *Habituação* sendo o principal responsável pelo movimento no índice, neste grupo vale ressaltar o comportamento da *tarifa de eletricidade residencial*, que saiu de negativos 1,22% em outubro para positivos 3,69% em novembro. Os grupos *Alimentação, Saúde e Cuidados Pessoais e Comunicação*, também apresentaram maior variação nos preços. O **INCC** teve aceleração de 0,19 p.p., com maior variação em *Materiais, Equipamentos, e Serviços. Mão de Obra* não apresentou variação no mês.

Consequência

O **IGP-10** segue apresentando trajetória comportada e de acomodação. Nos valores acumulados ainda registra deflação. Para os próximos períodos a expectativa é de continuidade nesta trajetória.

Inflação

IGP-M (Novembro/2017) – FGV

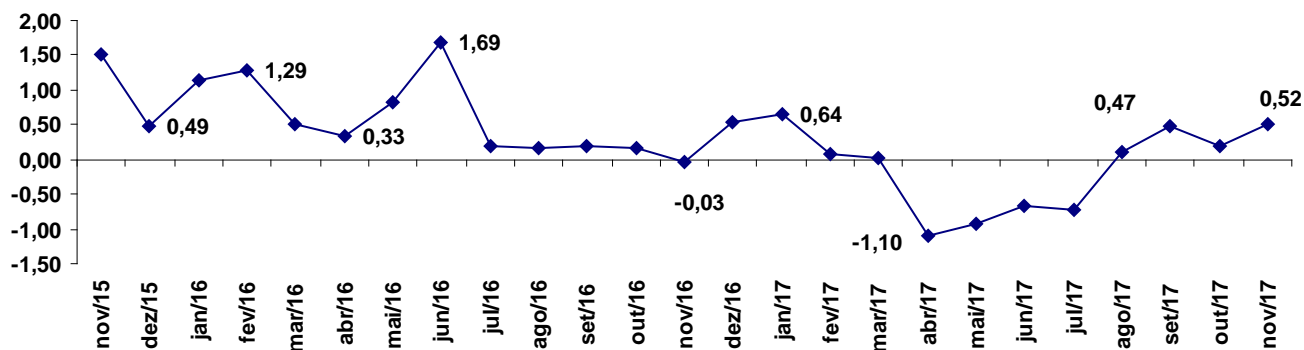
Fato

O **IGP-M** de novembro registrou variação de 0,52%, 0,32 p.p. acima da variação de outubro. Em doze meses o acumulado é de negativos 0,86%, e no ano, negativos 1,40%.

Causa

Dos índices que compõe o **IGP-M**. O **IPA** apresentou aceleração de 0,50 p.p., com variação de 0,66%. Neste componente os grupos tiveram o seguinte comportamento *Bens Intermediários*, elevação de 0,98 p.p. com acréscimo no subgrupo *combustíveis e lubrificantes para a produção*. As *Matérias-Primas Brutas*, mesmo com variação negativa de 0,68%, tiveram menor queda, 0,37 p.p. Os itens que mais contribuíram para este movimento foram: *leite in natura, mandioca e aves*. Os *Bens Finais* tiveram aquecimento de 0,11 p.p. e variação de 0,50%, com destaque para o subgrupo *combustíveis para consumo*.

O **IPC** registrou a mesma variação do mês anterior 0,28%, o destaque em sentido ascendente foi do grupo *Habituação*, decorrente do item: *tarifa de eletricidade residencial*. Também tiveram maior variação: *Transportes e Saúde e Cuidados Pessoais*. Na composição do **INCC**, ocorreu aquecimento de 0,09 p.p., chegando à 0,28%, com avanço em *Materiais, Equipamentos e Serviços, 0,17 p.p.*, o grupo *Mão de Obra* não apresentou variação.



Fonte: FGV

Consequência

Mesmo com aquecimento no mês, a *inflação* segue em patamar acomodado, registrando variações negativas nos valores acumulados. Para os próximos períodos a expectativa é de continuidade no aquecimento.

Inflação

IGP-DI (Outubro/2017) – FGV

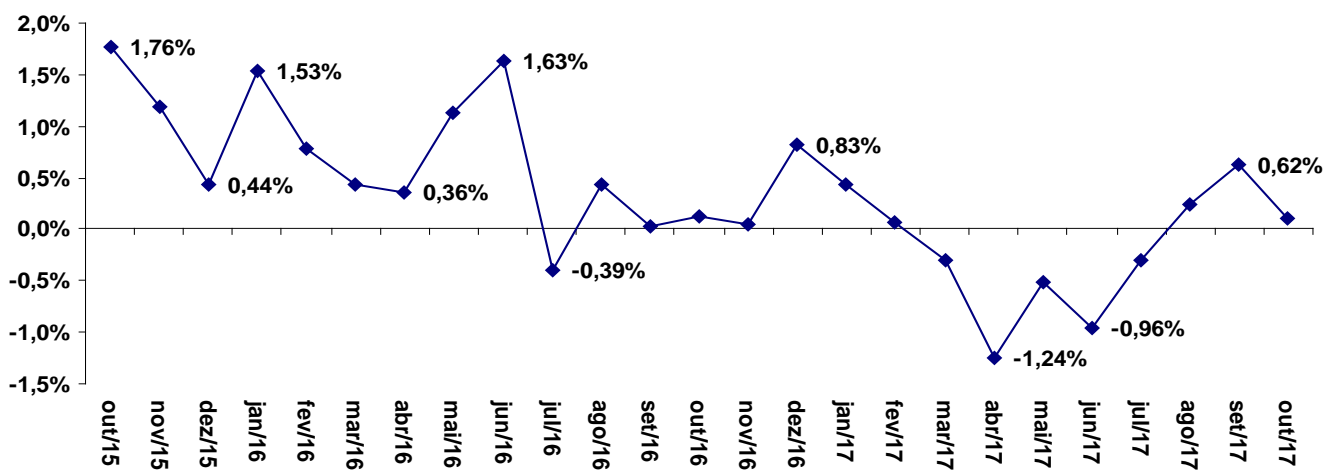
Fato

O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (**IGP-DI**) registrou variação de 0,10% em outubro, desacelerando 0,52 p.p. ante a inflação registrada em setembro, em doze meses o acumulado é de negativo 1,07% e no ano, negativo 1,94%.

Causa

Em outubro, o **IPA** apresentou variação negativa de 0,03%, diminuindo 1,00 p.p. frente ao mês anterior em decorrência do recuo em *Matérias-Primas Brutas*, 3,26 p.p., com destaque para *minério de ferro, bovinos e algodão*. Os *Bens Intermediários* apresentaram desaceleração de 0,17 p.p. destacando-se a queda nos preços dos *combustíveis e lubrificantes para a produção*. Os *Bens Finais* tiveram desaceleração de 0,01 p.p. causada pela menor variação de preços nos *combustíveis para consumo*.

O **IPC** avançou 0,35 p.p., influenciado pela maior variação em *Habituação*, com destaque para, *tarifa de eletricidade residencial*. Também tiveram variações maiores, *Alimentação, Saúde e Cuidados Pessoais e Comunicação*. O **INCC** teve recuo na taxa de variação de 0,25 p.p., com aceleração em *Materiais, Equipamentos e Serviços e em Mão de Obra*.



Fonte: FGV

Consequência

O índice voltou a apresentar recuo em outubro, permanecendo em patamar comportado. Para os próximos meses a expectativa é de continuidade na acomodação.

Inflação

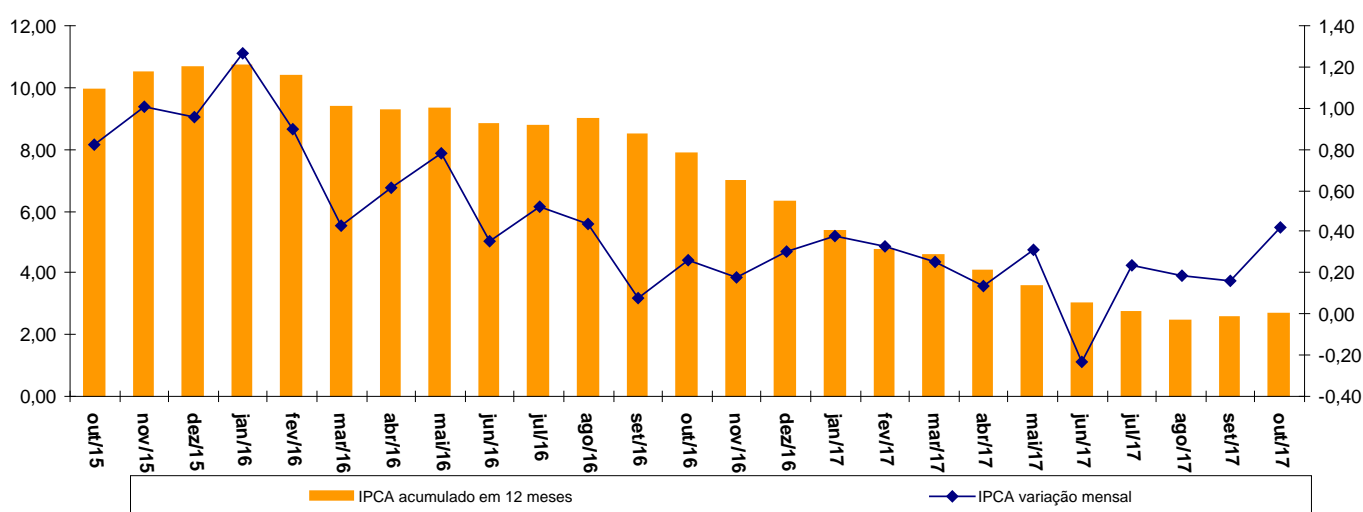
IPCA (Outubro/2017) – IBGE

Fato

O **IPCA** variou 0,42% em outubro, 0,26 p.p. acima do registrado em setembro, no acumulado em doze meses o índice chegou a 2,70%, aumentando 0,16 p.p., frente ao registrado nos doze meses imediatamente anteriores, e no acumulado do ano a *inflação* está em 2,21%, bem abaixo dos 5,78% registrados no mesmo período em 2016. Em **Curitiba**, a variação foi de 0,71%, 0,57 p.p. superior a de setembro, acumulando alta de 2,99% no ano e 3,30% em doze meses.

Causa

O grupo *Habituação* apresentou a maior variação no mês, 1,33%, sendo o principal responsável pelo aquecimento, com impacto de 0,21 p.p.. Neste grupo o item *energia elétrica*, em média 3,28% mais cara apresentou o maior aumento, decorrente da entrada em vigor da *bandeira tarifária vermelha*, a partir de 1º de outubro. No mês somente os grupos *Alimentação e Bebidas* e *Artigos de Residência* registraram variação negativa.



Fonte: IBGE

Consequência

Após dois meses consecutivos de queda o **IPCA** apresentou aquecimento, porém a *inflação* permanece em patamar acomodado, trazendo os valores acumulados para níveis abaixo da *meta inflacionária*.

Inflação

IPCA - 15 (Novembro/2017) – IBGE

Fato

O **IPCA-15** registrou variação de 0,32% em novembro, 0,02 p.p. abaixo do registrado em outubro. Nos últimos doze meses o acumulado é de 2,77%, e no ano, 2,58%. Em **Curitiba** a variação foi de 0,07%, 0,59 p.p., menor do que a de outubro, acumulando 2,97% no ano e 3,08% em doze meses.

Causa

No mês, o grupo *Habituação* teve a variação mais elevada, 1,33%, influenciado pela *tarifa de eletricidade* com variação de 4,42% e 0,16 p.p. de impacto no índice, sendo assim, responsável pela metade da variação do **IPCA-15**. Ainda no grupo *Habituação* tiveram destaque nas variações positivas do *gás de botijão*, 3,30% e *taxa de água e esgoto*, 0,30%.

O grupo *Alimentação e Bebidas* registrou recuo de 0,25%, com queda de 0,45% nos *alimentos para consumo no domicílio* e destaque para *feijão-carioca*, *açúcar refinado*, *farinha de mandioca*, *açúcar cristal* e *ovos*.

Consequência

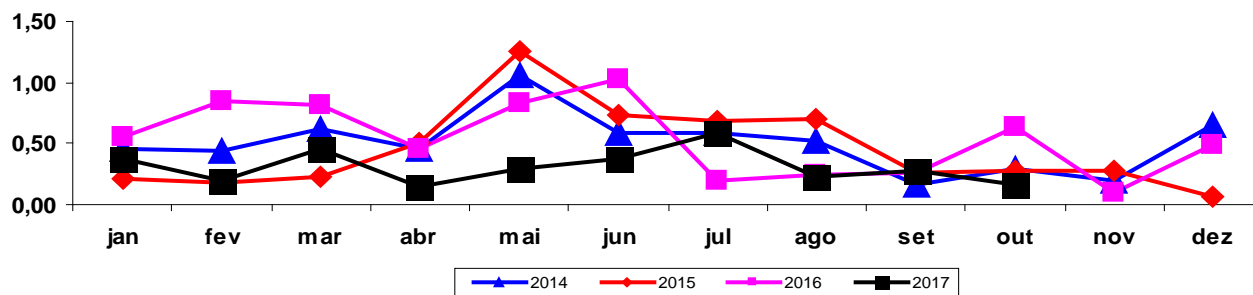
Assim como outros indicadores da inflação o IPCA-15 segue em patamares comportados e para os próximos períodos não deverá apresentar alterações significativas.

Inflação

Custos e Índices da Construção Civil (Outubro/2017) – IBGE - Caixa Econômica Federal

Fato

O **Índice Nacional da Construção Civil** variou 0,16% em outubro, 0,11 p.p. abaixo da variação de setembro, e 0,48 p.p. menor do que a de outubro de 2016. Em doze meses, o acumulado é de 3,75%, e no ano, 3,14%. O *custo nacional por metro quadrado* passou de R\$ 1.057,99, em setembro, para R\$ 1.059,68 em outubro, sendo R\$ 540,58 relativos aos *materiais* e R\$ 519,10 à *mão-de-obra*. No **Paraná**, as variações foram de 0,14% no mês, 1,86% no ano e 6,23% em doze meses, o *custo médio da construção*, no Estado é de R\$ 1.076,56.



Fonte: IBGE e CAIXA

Causa

Na composição do índice a parcela dos *materiais* variou 0,20%, 0,25 p.p. abaixo do mês anterior e a componente *mão-de-obra*, 0,12%, crescendo 0,04 p.p. em relação a setembro. Nos últimos doze meses, os acumulados foram: 1,73% para *materiais* e 6,00% para *mão-de-obra*, e no ano, os *materiais* subiram, 1,78%, e a *mão-de-obra* 4,65%.

No mês as variações regionais foram: 0,09% na Região Nordeste, 0,27% na Região Norte, 0,96% no Centro-Oeste, 0,01% no Sudeste e 0,10% no Sul. Ainda na verificação regional, os acumulados em doze meses foram: Nordeste, 4,57%, Norte, 2,37%, Centro-Oeste, 3,89%, Sudeste, 2,94% e Sul 5,40%.

Consequência

O resultado no mês foi influenciado pela pressão exercida pelo *reajuste salarial* do *acordo coletivo*, no estado de Goiás, todavia os estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo apresentaram variação negativa para materiais.

Inflação

IPP - Índices de Preço ao Produtor (Outubro/2017) – IBGE

Fato

O IPP apresentou variação de 1,79% em outubro, ficando, portanto 0,31 p.p. superior à variação do mês anterior e 1,70 p.p. maior do que a do mesmo mês do ano anterior. No acumulado em doze meses à variação é de 4,41%, e no ano 2,27%.

Causa

No mês, dezenove das vinte e quatro atividades apresentaram variações positivas, as maiores variações foram em *indústrias extrativas*, *outros produtos químicos*, *refino de petróleo* e *produtos de álcool* e *metalurgia*, as maiores influências vieram de *outros produtos químicos*, *refino de petróleo* e *produtos de álcool*, *indústrias extrativas* e *metalurgia*.

No acumulado no ano, as maiores variações ocorreram em *refino de petróleo* e *produtos de álcool*, *indústrias extrativas*, *metalurgia* e *papel e celulose*. As maiores influências vieram de *alimentos*, *refino de petróleo* e *produção de álcool*, *metalurgia* e *outros produtos químicos*.

Consequência

O *índice de preços ao produtor* apresentou avanço no mês e nos valores acumulados segue aquecido, o que deve influenciar o comportamento futuro dos *preços no varejo*.

Operações de Crédito

Nota à Imprensa (Outubro/2017) - BACEN

Fato

O total do estoque das *operações de crédito* do sistema financeiro atingiu R\$ 3.052 bilhões em outubro, com expansão de 0,1% no mês e queda de 1,4% em doze meses, atingindo 46,9% na relação com o **PIB**, 0,1 p.p. abaixo do mês anterior, e 3,0 p.p. menor do que outubro de 2016. As *taxas médias de juros* atingiram 27,4%.

Causa

Os *empréstimos contratados com recursos livres* atingiram R\$ 1.537 bilhões, aumentando 0,5% no mês e diminuindo 0,4% em doze meses. Os *empréstimos realizados às pessoas físicas* aumentaram 1,1% no mês, atingindo R\$ 837 bilhões, impulsionados pela demanda por *cartão de crédito a vista e consignado*. Nos *empréstimos realizados às pessoas jurídicas*, houve recuo de 0,3% no mês, chegando a R\$ 700 bilhões.

No *crédito direcionado*, houve queda de 0,2% no mês e 2,3% em doze meses, totalizando R\$ 1.515 bilhões. O resultado foi determinado basicamente pela expansão nos *financiamentos imobiliários*, 0,2% e *rural*, 0,7%, *para pessoas físicas*, e recuo *investimentos com recursos do BNDES, para pessoas jurídicas*.

As *taxas médias de juros* avançaram 0,4 p.p. no mês e recuaram 6,0 p.p. em doze meses, atingindo 27,4%. O *custo médio dos empréstimos para pessoas físicas* cresceu 0,3 p.p. no mês atingindo 34,2% a.a. Para as *empresas*, os *encargos médios* aumentaram 0,5 p.p. no mês e recuaram 3,6 p.p. em doze meses, situando-se em 18% a.a. A taxa de *inadimplência da carteira de crédito referencial* permaneceu estável no mês e recuou 0,3 p.p. em doze meses, alcançando 3,6%, sendo 3,9% para *pessoas físicas* e 3,4% para *pessoas jurídicas*.

Conseqüência

A expectativa para os dois últimos meses do ano é de breve *expansão do crédito*, conseqüência do lento ritmo de recuperação da *atividade econômica*.

Setor Externo

Nota à Imprensa (Outubro/2017) - BACEN

Fato

Em outubro, as *Transações Correntes* registraram *déficit* de US\$ 343 milhões. As *reservas internacionais* diminuíram US\$ 894 milhões, totalizando US\$ 380,4 bilhões e a *dívida externa* somou US\$ 320,7 bilhões com elevação de US\$ 5,8 bilhões em relação à posição de junho.

Causa

O *saldo da conta de transações correntes* acumula *déficit* de US\$ 9,6 bilhões nos últimos doze meses. A conta de *serviços* apresentou *déficit* de US\$ 2,7 bilhões. Na *conta capital e financeira* destacaram-se os ingressos líquidos em *investimentos diretos no país*, US\$ 8,2 bilhões, acumulando US\$ 83,3 bilhões nos últimos doze meses.

A movimentação das *reservas*, durante o mês foi positivamente afetada pela receitas de *remuneração de reservas*, US\$ 349 milhões, por outro lado, as variações por *preço* e por *paridade* reduziram o estoque em US\$ 144 milhões e US\$ 1,2 bilhão, respectivamente. Em outubro, a *dívida externa* de médio e longo prazo aumentou US\$ 1,7 bilhão, atingindo US\$ 260,6 bilhões e a de curto prazo cresceu US\$ 4,1 bilhões atingindo em US\$ 60 bilhões.

Conseqüência

Embora a *dívida externa* tenha aumentado e as *reservas* tenham diminuído, as *contas externas* seguem em equilíbrio e com tendência positiva, com destaque para a redução no *déficit em transações correntes*.

Política Fiscal

Nota à Imprensa (Outubro/2017) - BACEN

Fato

Em outubro, o *setor público não financeiro* registrou *superávit* de R\$ 4,8 bilhões. No acumulado em doze meses o *déficit* é de R\$ 187,2 bilhões (2,88% do PIB). O *resultado nominal* teve *déficit* de R\$ 30,5 bilhões, acumulando negativos R\$ 601,4 bilhões (9,25% do PIB), em doze meses. A *dívida líquida do setor público* alcançou R\$ 3.298,6 bilhões (50,7% do PIB). O *montante dos juros apropriados* atingiu R\$ 35,3 bilhões, no mês e R\$ 414,2 bilhões no acumulado em doze meses (6,37% do PIB).

Causa

Na composição do *superávit primário* no mês, o *Governo Central* e os *governos regionais* registraram *superávit* de R\$ 5 bilhões e R\$ 352 milhões, respectivamente. As *empresas estatais* tiveram déficit de R\$ 562 milhões. Com relação aos *juros apropriados* em outubro, houve elevação de R\$ 3,3 bilhões contribuindo para este aumento o *menor número de dias úteis* e o *resultado mais desfavorável nas operações de swap cambial*. No ano o *déficit nominal* alcançou R\$ 415,7 bilhões, aumentando R\$ 38,5 bilhões em relação ao mesmo período de 2015.

Com relação à *Dívida Líquida do Setor Público* como percentual do PIB, houve redução de 0,1 p.p., na comparação com o mês anterior. No ano, esta relação teve crescimento de 4,6 p.p. Contribuíram para o aumento, os *juros nominais apropriados*, o *déficit primário* e o *reconhecimento de dívidas*, valores parcialmente compensados pela *desvalorização cambial acumulada*, pelo o *ajuste de paridade da dívida externa líquida* e pelo *crescimento do PIB nominal*.

Conseqüência

Para os próximos períodos, tendo em vista a maior *austeridade fiscal* que vem sendo prometida pelo governo, a expectativa é de resultados positivos para o setor público.